

Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Ciência Política e Administração Pública
Licenciatura em Administração Pública

Avaliação da Implementação do Programa Acção Social Produtiva na Geração de
Emprego e Renda Sustentável no Distrito Municipal de KaMubukwana (2015-
2020).

Licenciando: Zito Orlando Albano

Supervisor: Antônio Tabuela Chiziane, ME

Maputo, Março de 2023



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Departamento de Ciência Política e Administração Pública

Trabalho de pesquisa apresentado ao Departamento de Ciência Política e Administração Pública da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em Administração Pública.

Maputo, Março de 2023

**Avaliação da Implementação do Programa Acção Social Produtiva na
Geração de Emprego e Renda Sustentável no Distrito Municipal de
KaMubukwana (2015-2020).**

Trabalho de fim do Curso apresentado ao Departamento da Ciência Política e Administração Pública da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, em cumprimento dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Administração Pública, sob supervisão do Mestre António Tabuela Chiziane.

Mesa de Júri

Presidente -----

António Tabuela Chiziane, MA -----

Oponente -----

Sumário

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
EPÍGRAFE	iv
ABREVIATURAS.....	v
LISTA DE ÍNDICE DE TABELAS, FIGURAS E GRÁFICOS	vi
RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	9
1.1 Contextualização.....	10
1.2 Problema de Pesquisa	13
1.2.1 Pergunta de Partida.....	14
1.2.2 Hipóteses	14
1.2.3 Variáveis.....	15
1.3 Justificativa e Relevância do estudo.....	15
1.4 Objectivos.....	16
1.4.1 Objectivos Geral.....	16
1.4.2 Objectivos Específicos	17
CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA	18
2.1 Referencial Teórico	18
2.2 Quadro Conceptual	19
2.2.1 Emprego	19
2.2.2 Desemprego.....	20
2.2.3 Sustentabilidade	21
2.2.4 Políticas Públicas.....	21
2.2.5 Avaliação de Políticas Públicas	21
2.2.6 Tipos de avaliação de políticas públicas	22
2.2.6.1 Avaliação do processo	23
2.2.6.2 Avaliação dos <i>outcomes</i>	23
2.2.6.3 Outros tipos de avaliação.....	23

2.2.7 Programa Acção Social Produtiva.....	25
CAPÍTULO III: METODOLOGIA	27
3.1 Tipo de Pesquisa.....	27
3.2 Método de abordagem.....	28
3.3 Método de procedimento.....	28
3.4 Técnica de Recolha de Dados	28
3.5 Definição da População e Amostra	29
3.6 Técnica de Análise de Dados	30
3.7 Limitações	30
3.8 Descrição do objecto de Estudo	30
3.8.1 Distrito Municipal Kamubukwana	31
Descrição do Distrito Municipal KaMubukwana.....	31
3.8.2 Divisão Administrativa	31
3.8.3 Descrição do Programa de Acção Social Produtiva.....	32
3.8.4 Objectivos do Programa.....	32
3.8.5 Grupo-Alvo.....	33
3.8.6 Modelo de Intervenção no PASP.....	33
3.8.7 Instituições Responsáveis pela implementação.....	34
CAPÍTULO IV. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	36
4.1 Apresentação e Interpretação de dados	36
4.2 Apresentação dos resultados das entrevistas.....	37
4.3 Perfil dos Entrevistados.....	38
4.4 Perfil dos beneficiários.....	42
4.5 Análise e interpretação de dados.....	46
5. CONCLUSÃO E SUGESTÕES	50
5.1 Conclusão.....	50
5.2 Sugestões.....	50
Referências bibliográficas.....	51
Apêndices	53
Apêndice A: Guião de Entrevista direccionado ao Beneficiários	54
Apêndice C: Guião de Entrevista direccionado ao Técnico do INSS	56

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra que este trabalho de fim de curso nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau acadêmico e que constitui o resultado da minha investigação, estando indicadas no texto e nas referências bibliográficas, as fontes que utilizei para sua elaboração.

O Licenciando

(Zito Orlando Albano)

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho aos meus pais, Orlando Albano e Isabel Borge,
pela vida e protecção que me concederam.*

AGRADECIMENTOS

Para realização deste trabalho só foi possível através de auxílio prestado por várias pessoas. A todas essas pessoas gostaria de manifestar a minha pura e mais profundo agradecimento, especialmente: Ao Mestre António Tabuela Chiziane, meu supervisor, pela abertura que teve em aceitar a difícil tarefa de supervisionar este trabalho, sobretudo, pelo encorajamento, pela paciência, pelas críticas, correções, sugestões feitas durante a sua elaboração e por todo apoio concedido, sem o qual não seria possível a realização deste trabalho. A todos professores da Universidade Eduardo Mondlane que ao longo deste curso dispensaram a devida atenção e me ensinaram os primeiros passos para investigação científica, especificamente aos professores João Mangachaia; Nobre Canhanga; Salvador Watata; Baltazar Muianga.

Aos funcionários do Distrito Municipal KaMubukwana funcionário do INAS e os responsáveis de famílias beneficiárias, pela abertura e disponibilidade no fornecimento das informações.

Aos meus irmãos, pais, Orlando Albano; e Isabel Borge pela Força e encorajamento e o suporte necessário para o alcance dos meus objectivos. Às minhas irmã Florência e Megácia, meus amigos e colegas do curso de Administração Pública, especialmente a Laura pires; Orlando Manguete; Graça Carvalho; Abel Chau e Alide Força Amade pelos conselhos e encorajamento que sempre me deram para que eu pudesse seguir com esta difícil tarefa de estudar.

EPÍGRAFE

“O principal objectivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram.”

(Jean Piaget, 2013)

ABREVIATURAS

AF - Agregados Familiares

FMI – Fundo Monetário Internacional

INAS – Instituto Nacional de Acção Social

INE - Instituto Nacional de Estatística

MCGAS - Ministério de Género, Criança e Acção Social

MD - Distrito Municipal

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

OIT - Organização Internacional de Trabalho

PASP - Programa Acção Social Produtiva

PQG - Programa Quinquenal do Governo

PSB - Programa de Subsídio Básico

SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (em Português)

LISTA DE ÍNDICE DE TABELAS, FIGURAS E GRÁFICOS

Figura.1.3. 1. Identificação das Variáveis	17pg
Figura: 3.7.6. 2 Modelo de intervenção do PASP	36pg
Tabela. 3.8.7. 1. Sobre as instituições responsáveis pela implementação do PASP	37pg
Tabela 4.3 1. Dados pessoais dos entrevistados, funcionários do Conselho Municipal e do INAS	41pg
Tabela.4. 5. 2. Dados pessoais dos entrevistados beneficiários	47pg

RESUMO

O trabalho que passamos a apresentar tem como tema “Avaliação da Implementação do Programa Acção Social Produtiva na Geração de Emprego e Renda Sustentável: Caso do Distrito Municipal KaMubukwana (2015-2020)”. O objectivo central desta pesquisa é avaliar a implementação do Programa de Acção Social Produtiva no âmbito da promoção de emprego e geração de renda nas famílias vulneráveis que têm pelo menos um membro com capacidades físicas para o trabalho, no distrito municipal Kamubukwana. Para a concretização desse objectivo privilegamos a entrevista semi-estruturada como técnica de recolha de dados. Neste processo, recorreu-se ao uso da técnica da amostragem não probabilística por conveniência, numa amostra composta por 20 elementos, sendo 1(um) funcionário do Distrito Municipal Kambukwana, 1 (um) funcionário de Instituto Nacional Acção Social e 18 membros beneficiários do programa. Da pesquisa feita, concluiu-se que o PASP contribui de alguma maneira para a criação de empregos e geração de renda para as famílias beneficiárias. Entretanto, constatou-se, de igual modo, que há pouca capacidade de esses negócios gerarem recursos para remunerar os factores de produção ou os elementos usados para a produção de bens e serviços, com o objetivo de gerar lucro econômico dos beneficiários, e desta forma influenciando para repor os activos usados, o que acaba tornando-os pouco sustentáveis.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Avaliação e PASP

ABSTRACT

The present work has as its theme Evaluation of the Implementation of the Productive Social Action Program in The Generation of Employment and Sustainable Income: case of the municipal district of KaMubukwana (2015-2020). And it aimed to evaluate the implementation of the Productive Social Action program in the context of promoting employment and income in vulnerable families that has at least one member with physical skills for work in Kambukwana Municipal District. In order to achieve the above-mentioned objective, we favor the technique of semi-structured interview collection in qualitative research. The non-probabilistic convenience sampling technique was also used in a sample composed of 14 elements being 1 employee of the Kambukwana Municipal District, 1 employee of the National Social Action Institute and 12 beneficiary members of the program. The main conclusion we have reached that although PASP contributes to the creation of jobs understood here (as a paid activity) and income generation for charitable families, the same cannot be said no about the sustainability of these businesses, if we understand the sustainability of a business such as capacity and generate resources to remunerate production factors remarket the used assets and invest to continue competing.

Keywords: Public Policies, Evaluation and PASP.

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

Desde a década noventa, do século XXI, a avaliação de políticas e programas governamentais assumiu grande relevância para as funções de planificação e gestão governamentais.

O interesse pela avaliação tomou grande impulso com a modernização da Administração Pública e hoje há quase um consenso na literatura de que os motivos para realizar estudos de avaliação de políticas e programas públicos estão relacionados com a transformação da Administração Pública em uma administração mais moderna e eficiente, mesmo que em alguns países isso ainda seja apenas um desejo.

Segundo Cunha (2006), existem diferentes maneiras de realizar uma avaliação; uma delas é a avaliação académica (mais formal) com interesse no estudo da efectividade das políticas, seus impactos e benefícios. A outra forma é a avaliação promovida durante o período da implementação das políticas e programas governamentais, com foco na análise de sua eficiência e eficácia.

Subordinado ao tema “Avaliação da Implementação do Programa de Acção Social Produtiva (PASP) na Geração de Emprego e Renda Sustentável: Caso do Distrito Municipal KaMubukwana (2015–2020)”, esta pesquisa pretende avaliar a sustentabilidade dos postos de trabalhos criados através da implementação do PASP (2015-2020) assim como identificar as mudanças verificadas no seio do grupo-alvo.

Em termos estruturais, este trabalho encontra-se dividido em 3 (três) partes. A primeira é constituída pelo primeiro capítulo, que faz a apresentação do tema em análise, compreendendo a introdução, onde é apresentada a contextualização do PASP, o problema de pesquisa, a pergunta de partida, as hipóteses, a justificativa e a relevância do estudo, o objecto de estudo, a delimitação do tema e, por último, os objectivos pretendidos com o trabalho. O segundo capítulo apresenta os fundamentos teóricos que guiaram o nosso estudo, a definição dos conceitos-chave, os teóricos que se debruçam sobre o processo da avaliação das políticas públicas e o modelo de avaliação de políticas públicas. Por último, o terceiro capítulo apresenta a metodologia usada para a materialização do estudo.

A segunda parte do trabalho dedicou-se à apresentação e análise de dados recolhidos no nosso campo de pesquisa,

E por fim, a terceira parte do trabalho contempla as conclusões, as recomendações do estudo, as referências bibliográficas e os anexos.

1.1 Contextualização

O primeiro programa de transferências sociais em Moçambique teve início no período da Guerra Civil, concretamente no ano de 1990, quando o Gabinete de Apoio à População Vulnerável (GAPVU) fazia transferências sociais para as pessoas deslocadas das suas áreas de residências, devido à guerra. No âmbito desses deslocamentos, muitas famílias necessitavam de apoio e a República de Moçambique, através do Ministério das Finanças, começou a efectuar transferências sociais, que mais tarde foram assumidas pelo Ministério de Coordenação e Acção Social, com o objectivo de reduzir a privação nos centros urbanos. Os programas do GAPVU contribuíram para um incremento no rendimento de algumas famílias (SAMSON, NIEKERK e QUENE, 2006)¹.

Ainda no mesmo ano de 1990, foi criada a Secretaria de Estado da Acção Social (SEAS) através do diploma Ministerial n° 28/30, de 10 de Setembro. Através do despacho presidencial n° 7/94, de Dezembro, BR n° 51, também foi criado o Ministério da Coordenação da Acção Social que posteriormente foi revogado pelo despacho presidencial n° 1/2000, de 17 de Janeiro, BR n° 2, passando a designar-se Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social. Porém, em 2005, através do decreto n° 13/2005 de 4 de Fevereiro, BR n° 5 a designação voltou a mudar para Ministério da Mulher e Acção Social. Actualmente designa-se Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS). De salientar que o Instituto Nacional de Acção Social (INAS)² foi criado em 1997, através do decreto n° 28/97, de 10 de Setembro, BR n° 35.

A protecção social em Moçambique regista um momento histórico a partir de 2007 quando o Governo aprovou a Lei da Protecção Social (Lei 4/2007), que define a protecção social como um

¹Apud ZITHA 2017.

²O INAS é uma instituição pública subordinada ao MGCAS, que tem como objectivo implementar programas de protecção social, através de 30 delegações presentes em todo o país, com vista na redução da pobreza absoluta em Moçambique.

direito de todos os cidadãos e estabelece a base legal para o sistema de protecção social (ONU, 2015).

Na possibilidade de melhor tratar das questões de extrema pobreza que assolam a sociedade moçambicana, o Governo de Moçambique criou vários programas, como é o caso do Programa de Subsídio Social Básico (PSSB), que especialmente procura atender as pessoas que se encontram nas situações precárias como deficientes, doentes crónicos, crianças órfãs e idosos (ONU, 2015).

Contudo, com o percurso temporal, o Governo constatou que os níveis de pobreza e de desemprego continuavam alto, mesmo havendo pessoas preparadas fisicamente para a execução do trabalho. Com efeito, tendo esta constatação que proliferava a decomposição social, o Governo gerou, novamente, em 2011, um outro instrumento orientador que se designou Programa de Acção Social Produtiva cujo objectivo é promover a inclusão socio-económica das populações mais vulneráveis com capacidades físicas para o trabalho, assentando-se no decreto n° 52/2011 de 12 de Outubro. Após a sua planificação, este foi somente implementado em 2013 (ZITHA, 2017).

Ademais, a experiência nacional e internacional mostra que as famílias que vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade sofrem das mais variadas adversidades e choques que não lhes permitem sair da situação de pobreza, podendo destacar-se o baixo nível de escolarização, a falta de acesso aos serviços básicos de saúde, a falta de rendimentos regulares e previsíveis derivados do trabalho, dificuldades no acesso a serviços financeiros e a falta de formação e capacitação para acesso às profissões e habilidades relevantes (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE PROGRAMA DE ACÇÃO SOCIAL PRODUTIVA, 2012).

É importante também lembrar que a protecção social gira em torno de duas ideias: i) a redução da vulnerabilidade aos riscos sociais e; ii) a garantia de um nível mínimo de bem-estar socialmente aceitável, com vista a redução da pobreza e promoção de um crescimento inclusivo (PSCM-PS, 2015).

Neste sentido, Moçambique está em processo de definição das suas estratégias de protecção social. Este facto demonstra-se pela aprovação de um quadro legal, estratégias e reformulação dos programas que concorrem para a assistência e protecção social dos grupos mais vulneráveis. Dentre os avanços verificados, destacam-se a aprovação da Lei de bases de protecção social básica,

pelo Decreto n.º 4/2007, de Fevereiro, a aprovação do Regulamento do Subsistema de Segurança Social Básica, pelo Decreto n.º 85/2009, de 29 de Dezembro, e a aprovação da Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (ENSSB) para 2010-2014 pela Resolução do Conselho de Ministro n.º 17/2010, de 27 de Maio, (PASP, 2012).

Assim, o PASP surge num contexto em que houve uma necessidade, no seio do Governo, de responder ao alto índice de desemprego ou pobreza no país, principalmente nas zonas rurais, onde esses níveis são mais elevados (PASP, 2012).

Portanto, surgiu o PSSB, aprovado pelo Decreto nº 16/93, de 25 de Agosto, com o objectivo fundamental de atenuar as dificuldades de subsistência de grupos ou indivíduos indigentes e impedidos temporariamente ou permanentemente de trabalhar, de modo a conseguirem a satisfação das suas necessidades básicas, através de transferências de valores monetários aos beneficiários do programa. Outrossim, o PSSB tem como objectivo ajudar pessoas vulneráveis, como velhos, crianças órfãs, deficientes e doentes crónicos. Contudo, com a implementação de PSB, notou-se que havia muitas pessoas desempregadas, porém, não sendo deficientes e em idade activa para o trabalho. Como resposta a esse problema, foi elaborado o PASP em 2012 (SELVESTER, FIDALGO & TAIMO, 2012, p.29).

O PASP (fase piloto) começou a ser implementado oficialmente em 1 de Julho de 2012, cujo lançamento foi no Distrito Municipal KaMavota. A meta atribuída no ano de 2012 foi de 800 beneficiários que foram distribuídos pelos distritos Municipais KaMpfumo, KaChamanculo, KaMovota e KaMubukwana, que foram considerados como os mais críticos em matérias de protecção social, segundo as necessidades e especificidades de cada um. Para salvaguardar a materialização do programa foi alocado um orçamento na ordem de 3.565.732.66MT. (SELVESTER, FIDALGO & TAIMO, 2012, p.29).

No que tange ao ano de 2014, a meta atribuída foi de 3.700 beneficiários, cobertos por um orçamento na ordem de 30.762.821,43MT, para garantir a implementação efectiva das duas componentes do programa (Trabalhos Públicos com Uso de Mão de Obra Intensiva e Apoio ao Desenvolvimento de Iniciativas de Geração de Rendimentos), conforme preconiza o manual de orientação do programa, levando em consideração que, neste ano, previu-se graduar 800 beneficiários, por ser o terceiro ano de implementação (FALANGE & PELLERANO, 2016).

1.2 Problema de Pesquisa

Em Moçambique, a crescente atenção que é dada à protecção social reflecte, por um lado, o compromisso do Governo em melhorar as condições de vida das pessoas mais vulneráveis (OIT, UNICEF e PMA, 2015, p.4). Por outro lado, ela desempenha um papel importante na prevenção e na luta contra a pobreza, que é um dos principais desafios para Moçambique (QUIVE, 2007).

A pobreza tornou-se, nos últimos anos, num dos termos que mais tem preocupado os organismos internacionais, os governos dos diferentes países, estudiosos que se têm debruçado sobre o assunto assim como os técnicos e intervenientes que procuram no terreno enfrentar e minimizar essa situação. Apesar de quase todos países do Terceiro Mundo terem conhecido um alto crescimento económico, a realidade tende a mostrar que a pobreza continua a agravar-se. Sendo assim, o desenvolvimento não é agora simplesmente visto em termos de crescimento económico, pois ele está intimamente relacionado com a melhoria das condições de vida das populações e com a redução da pobreza extrema (FERNANDES, 2008).

De acordo com os dados do Inquérito sobre o Orçamento Familiar (IOF 2014/15), quase a metade da população de Moçambique (49,2%) vive abaixo da linha de pobreza e uma parte significativa, que tem um rendimento superior à linha da pobreza, é muito vulnerável ao risco de cair na pobreza em caso de choques. Desta população vivendo abaixo da linha da pobreza, 40,7% encontra-se nas zonas urbanas e 53,1% nas zonas rurais.

Entretanto, considerando o constante desafio da pobreza e desemprego que se estende pelo país, as graves consequências resultantes da ausência do emprego no seio socio-económico, bem como a pretensão de suprimir aqueles obstáculos do desenvolvimento social, o Governo de Moçambique definiu, por meio do Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2015-2019, algumas das acções prioritárias para garantir a assistência e integração social das pessoas em situação de vulnerabilidade³.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é de 0,418, tendo-se posicionado, no ano de 2015, na 181^a

³Relatórios de Execução do PERPU- 2012, produzidos com base nas informações enviadas pelos distritos municipais. Conselho Municipal da Cidade de Maputo, 2013

posição entre 188 países. Este IDH é resultado de uma esperança média de vida de 55,1 anos, um rendimento nacional bruto *per capita* de 1.123,40 USD e pelos anos esperados e médios de escolaridade de 9,3 e 3,2 anos, respectivamente (ALMEIDA *et al.*, 2017).

Destarte, apresentadas as dificuldades que o país enfrenta neste âmbito, as diversas estratégias e assim como os planos do Governo no sentido de responder a situação da vulnerabilidade, da pobreza e do desemprego, a preocupação desta pesquisa está em avaliar a sustentabilidade dos postos de trabalhos criados com a implementação do PASP 2015-2020, bem como identificar as mudanças verificadas no grupo-alvo desse programa.

Saliente-se que o Governo implementa o PASP tendo como os objectivos de criar capacidades, habilidades profissionais e conhecimentos na concepção e gestão de pequenos e médios negócios nas pessoas com capacidade para o trabalho, dos membros de agregados familiares mais vulneráveis de modo a facilitar a sua integração em iniciativas de geração de rendimentos. (PASP, 2012:8).

Contudo, embora haja esforço na implementação de políticas públicas de geração de empregos em Moçambique, vários estudos já vinham apontando o dedo ao relativo fracasso das políticas de combate à pobreza (Cunguara & Hanlon 2010; Hanlon & Smart 2008, *apud* Macuane, 2012, p. 61), o que foi confirmado no Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF 2019/20) e no Relatório de Desenvolvimento Humano 2011, que coloca Moçambique nono país com menor índice de desenvolvimento humano no mundo.

1.2.1 Pergunta de Partida

Em que medida a implementação do PASP contribui para a geração de emprego e renda nas famílias mais vulneráveis que têm pelo menos um membro com capacidades físicas para o trabalho no Distrito Municipal KaMubukwana?

1.2.2 Hipóteses

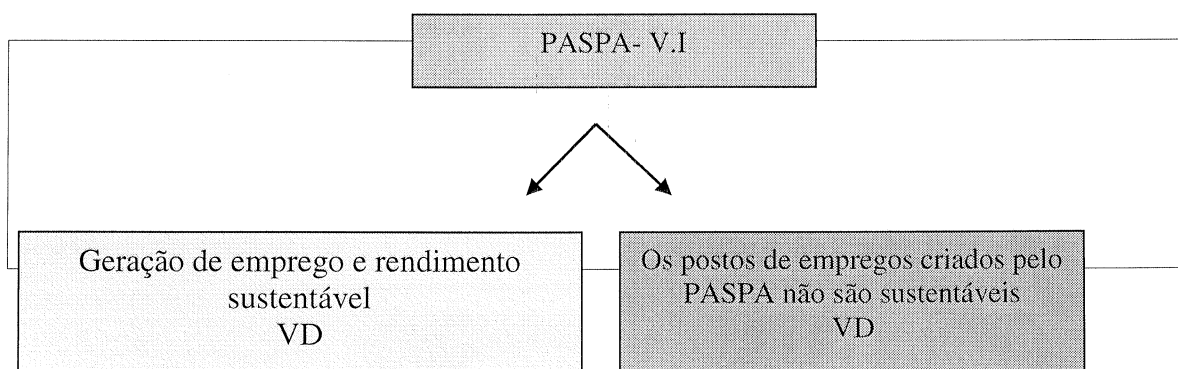
H0: A implementação do PASP no Distrito Municipal KaMubukwana contribuiu para a geração de emprego e rendimento sustentável.

H1: Os postos de empregos criados com a implementação do PASP no Distrito Municipal KaMubukwana não são sustentáveis.

1.2.3 Variáveis

Entendemos a implementação do PASP como variável independente e a geração de emprego e rendimento sustentável como uma variável dependente. Dito de outro modo, o PASP caracteriza-se como variável que influencia directamente na geração de emprego e no rendimento sustentável. Por isso, afirma-se que, quando forem cumpridos os objectivos do PASP, então este programa contribuirá para a melhoria da qualidade de vida do grupo-alvo, e acontecendo o inverso não se melhora a qualidade de vida deste grupo, conforme ilustramos na figura abaixo:

Figura.1.3. 1. Identificação das Variáveis



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

1.3 Justificativa e Relevância do estudo

As políticas públicas de redução da pobreza são de extrema importância, pois enquadram-se no contexto da governação cujo principal objectivo é reduzir a incidência da pobreza na vida da população vulnerável.

A principal motivação para a realização desta pesquisa está na importância que o tema possui para a sociedade actual e pelo facto de ser um tema que discute um dos temas mais candentes no seio da sociedade moçambicana da actualidade: a geração de emprego e renda nos agregados familiares mais vulneráveis, isto é, desempregados.

Além disso, a escolha do PASP deve-se ao facto de ser um dos programas de protecção social, preocupado com a inclusão dos agregados familiares desfavorecidos, e também por ser um instrumento do Governo para a redução e erradicação da pobreza absoluta ou desemprego no país.

Não menos importante, este estudo é relevante na medida em que nos fornecerá informações, ou seja, evidências empíricas, em torno do debate sobre a avaliação de políticas públicas, não só da implementação do PASP como também da protecção social em Moçambique.

Deste modo, esta pesquisa, no âmbito social, procura entender como o Governo promove novos empregos e renda sustentável para as famílias em estados de vulnerabilidade, levando em consideração que o Governo deve criar condições favoráveis para o desenvolvimento e que os seus objectivos devem assegurar um controlo em relação às mudanças nas necessidades da sociedade e adaptar estas mudanças aos níveis de desenvolvimento da sociedade.

Por sua vez, a escolha do Distrito Municipal KaMubukwana justifica-se pelo facto de este ser um dos distritos municipais pioneiro⁴ na implementação desse programa, com 800 beneficiários, em 2012, e foi-lhe alocado um orçamento na ordem de 3.565.732.66MT. O período 2015 a 2020 justifica-se pelo facto de ter sido em 2016 o ano em que foi implementada a componente de apoio de desenvolvimento e geração de rendimento.

Por fim, o tema em análise é relevante na medida em que envolve uma política pública adoptada pelo Governo com o objectivo de reduzir um fenómeno que aflinge a população moçambicana, isto é, a pobreza urbana aliada à falta de emprego. Também é de extrema importância analisar esse tema, visto que nos permite fazer o balanço da actuação do Governo, uma vez que se trata de um programa cuja implementação tem um impacto significativo na vida da população.

1.4 Objectivos

1.4.1 Objectivos Geral

- Avaliar a implementação do Programa Acção Social Produtiva no âmbito da promoção de emprego e renda nas famílias vulneráveis que têm pelo menos um membro com capacidades físicas para o trabalho no Distrito Municipal KaMubukwana.

⁴ KaMpumo, ChaManculo, KaMavota e KaMubukwana

1.4.2 Objectivos Específicos

- Identificar o número dos postos de empregos criados pela implementação do PASP;
- Verificar o impacto da implementação do PASP na geração de renda sustentável dos beneficiários;
- Explicar os possíveis constrangimentos que o programa enfrenta na sua implementação.

CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo é reservado para a apresentação de alguns conceitos inerentes ao tema da nossa pesquisa. Serão abordados e discutidos, nesta secção, conceitos e aspectos sobre Políticas Públicas, avaliação de políticas públicas, emprego e sustentabilidade. Ainda neste capítulo, apresentamos um panorama sobre alguns estudos sobre avaliação de políticas públicas em Moçambique.

2.1 Referencial Teórico

As Teorias Descritivas e Normativas fornecem uma base para a avaliação na análise de políticas, em que esta se refere à produção de informações sobre o mérito ou valor dos resultados de uma política⁵. Os resultados das políticas têm, de facto, valor, quando contribuem para o alcance das metas e objectivos. Quando isto ocorre afirma-se que a política ou programa atingiu um nível significativo de desempenho.⁶

Assim, a principal característica da avaliação resulta das alegações que fundamentam o seu carácter, pois as questões principais não são apenas de facto (existe alguma coisa?) ou de acção (o que deve ser feito?), mas de mérito e valor (valeu a pena?)⁷. É nesta perspectiva que iremos empreender a avaliação nesta pesquisa, buscando não só descrever os resultados, mas também perceber a eficácia, a eficiência e a relevância com que esses resultados resolvem ou atenuam o problema pelo qual o PASP foi implementado.

Teremos como principal pressuposto as metas e objectivos anunciados formalmente e as consideraremos, a princípio, medidas apropriadas do mérito ou valor do PASP. Por isso, encaramos a nossa pesquisa como uma avaliação formal, que é uma abordagem que, por um lado, utiliza métodos descritivos para produzir informações válidas sobre os resultados das políticas, mas, por outro lado, avalia a base dos objetivos formalmente anunciados pelos formuladores.

Na avaliação formal, o analista usa métodos para produzir resultados confiáveis e informações sobre variações nos resultados e impactos de políticas que podem ser rastreados usando a legislação, documentos do programa e entrevistas com formuladores, para identificar,

⁵William. Public Policy Analysis: An Introduction. Pearson Prentice Hall, 3º ed, New Jersey: 2003.

⁶ *Idem*

⁷ *Idem*

definir e especificar metas e objetivos formais (Parsons, 1995). Os principais tipos de avaliação formal são a formativa e a sumativa, sendo que, por considerar que a esta altura o PASP em está em curso, avalia-lo-emos na perspectiva formativa.

Em conciliação com a perspectiva formal e sumativa da avaliação de políticas públicas de William Dunn, usaremos as questões trazidas por Dye: “*Do the programmes Work? Do those programes have benefitial effects on society? Positive or Negative? (...)*”. Essas perguntas fornecem um quadro claro e simples na busca de esclarecimento do mérito ou valor de uma política ou projecto. E, por outro lado, valemo-nos de alguns critérios de avaliação apresentados pela OCDE (eficácia, eficiência e efectividade) e pela UNICEF (satisfação dos beneficiários)⁸.

2.2 Quadro Conceptual

2.2.1 Emprego

De acordo com Samuelson & Nordhaus (2010) o emprego pode ser conceituado como o desempenho de qualquer trabalho remunerado por uma determinada pessoa, incluindo aquelas que exercem alguma actividade laboral, mas encontram-se ausentes por motivo de doença, greve ou férias.

Estes autores certificam, primeiro, que o emprego se fundamenta na execução de certa actividade remunerada por determinada pessoa, e depois como consequência do capitalismo, quando existiam o empregador e os empregados.

O INE (2006) afirma que existem 3 (três) tipos de emprego, nomeadamente:

Trabalho Permanente – o indivíduo estabelece um vínculo indeterminado com a empresa, sendo que o trabalho e o tempo de ausência no seu posto de trabalho não deve ser superior a quatro (4) meses.

⁸DYE, Thomas. *Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas*. In: HEDEMANN, F; SALM, J. (Orgs.). *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*, 2. Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

Trabalho Sazonal – baseia-se no indivíduo que estabelece um contrato a termo com a empresa, passando, posterior, a exercer as suas funções em determinadas épocas do ano. Geralmente, este processo decorre sempre no mesmo período anual.

Trabalho Ocasional – Neste tipo, o indivíduo não estabelece um vínculo jurídico com a empresa, pois, a sua ligação ao empregador é por um tempo determinado necessário para a conclusão do trabalho, sendo vedada a ausência temporária no seu local de trabalho, uma vez que não possui um vínculo fixo com o empregador e a sua substituição por outro trabalhador pode acontecer a qualquer instante.

2.2.2 Desemprego

Segundo Mankiw (1995: 83), o desemprego é o problema macroeconómico que afecta os indivíduos de forma mais dura e directa. Para a maioria, a perda de um emprego significa a redução do padrão de vida e angústia. Assim, não é surpreendente que o desemprego apareça como tópico frequente do debate político. Muitos políticos usaram o índice de miséria, a soma das taxas de inflação e de desemprego para medir a saúde da economia e o sucesso ou insucesso das políticas económicas.

SACHS-Larran (1998:552) *apud* Fargilde (2008:4) definem desemprego como o conjunto de pessoas acima de uma determinada idade que estão sem trabalho, que estão actualmente disponíveis para trabalhar e estão a procurar trabalho durante o período de referência. Internacionalmente, esta definição é a adoptada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Para Estatísticas do Emprego (2016), a definição do desemprego está harmonizada internacionalmente pelas recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – uma agência das Nações Unidas. O Eurostat, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI), os Estados Membros da União Europeia assim como outros países utilizam esta definição.

Porém, este conceito pode ser harmonizado em três situações. A primeira tem a ver com não ter trabalho remunerado. A segunda, com a disponibilidade para exercer as suas funções. A última consiste em fazer diligência para encontrar emprego.

2.2.3 Sustentabilidade

O termo sustentabilidade é interpretado de várias formas, dependendo do contexto que desejamos usá-lo.

De acordo com Figueiredo & Figueiredo (1986) apud Arretche, (1999), a avaliação da sustentabilidade implica garantir a capacidade de continuidade dos efeitos benéficos dos programas, permitindo uma distribuição de maneira justa, compatível e tornando mais sensato e efectivo os gastos públicos e acções de políticas diante das pressões sobre o Estado.

A sustentabilidade na geração de emprego e rendimento, deve ser baseada na capacidade dos beneficiários do PASP continuarem a desenvolver as actividades e garantindo a continuidade e gerando emprego durante um longo período sem comprometer as gerações futuras.

2.2.4 Políticas Públicas

A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, segundo a qual as decisões e análises sobre política pública implicam, em linhas gerais, responder às questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (Souza, 2006:20).

Segundo Siteo (2006:2), Políticas Públicas são decisões que são tomadas pelo Governo – ou Sector Público, num sentido mais geral – que de forma intencional e significativa, afectam uma actividade ou sector da sociedade. Para Heywood (2002), estas decisões podem, posteriormente, resultar em acções concretas ou na total ausência de acção. Por seu turno, Dye (2012:3) advoga que Políticas Públicas é tudo aquilo que o Governo decide ou não fazer.

Para o caso desta pesquisa, as Políticas Públicas referem-se à ligação entre a intenção, acção e resultado do governo em relação a protecção social. Ou seja, as Políticas Públicas são aquelas que asseguram que todas as pessoas em situações de risco adversas da vida social e profissional tenham economia e protecção adequadas durante o período de desemprego (Heywood, 2002).

2.2.5 Avaliação de Políticas Públicas

Avaliar um programa ou uma política significa aferir a sua consistência e os resultados da sua implementação, tendo em conta a mudança que se pretende imprimir. Dentro deste raciocínio,

Thomas Dye (2012)⁹ diz que avaliar é aprender em relação às consequências de uma determinada política/programa/projecto implementado; este aprender é, na verdade, um exame objectivo, sistemático e empírico dos efeitos das políticas/programas/projectos existentes para os seus grupos-alvo, em termos das metas a serem alcançadas, onde se procura determinar até que ponto as acções implementadas vão de encontro aos objectivos previamente estabelecidos. Deste modo, a avaliação contribui para a clarificação e crítica dos valores por detrás da escolha de certas metas e objectivos.¹⁰

Por seu turno, Heydeman & Salm (2006), acrescentam que a avaliação envolve a análise de programas ou políticas, em termos de seu nível de desempenho e procura responder a uma questão que apenas aparentemente é simples: "Estão eles ou elas funcionando?"

Já Parsons (2005) *apud* Siteo e Lumbela (2013), olha para a avaliação como uma forma de análise racional e como uma ferramenta de gestão de recursos humanos. Para este autor a avaliação tem dois aspectos inter-relacionados: a avaliação da reforma e seus programas constituintes e a avaliação das pessoas, que trabalham nas organizações, responsáveis pela implementação das reformas e programas.

Na visão de Siteo e Lumbela (2013), quando avaliamos, procuramos olhar para vários aspectos, dentre eles: (i) avaliação das actividades implementadas *versus* objectivos previamente estipulados; (ii) avaliação da qualidade do programa/projecto implementado; e (iii) colecta de informação para a decisão futura.¹¹

2.2.6 Tipos de avaliação de políticas públicas

Há vários autores que discutem e propõem diferentes tipos de avaliação de políticas públicas/ programas/ projectos, que vamos discutir a seguir.

⁹SITOE, Eduardo J; LUMBELA, Sélcia. *Módulo de Planificação, Análise e Avaliação de Políticas Públicas*. Maputo, 2013.

¹⁰*Opcit*

¹¹Parsons, 2005

2.2.6.1 Avaliação do processo

Para Theodoulou (2012)¹², esta tipologia de avaliação está preocupada com a implementação do programa. Procura analisar até que ponto o programa/política/projecto está a atingir o grupo-alvo e como é que está a ser gerido. Uma avaliação do processo procura determinar porquê a política/programa/projecto está com o nível actual de desempenho; identificar possíveis problemas que ocorrem durante a implementação; desenvolver soluções para os problemas; e melhorar o desempenho através das recomendações.

A avaliação de processo visa, de igual modo, detectar defeitos na elaboração dos procedimentos, acompanhar e avaliar a execução dos procedimentos de implementação dos programas, identificar barreiras e obstáculos à sua implementação e gerar dados para sua reprogramação, por meio do registo de intercorrências e de actividades. Essa avaliação se realiza concomitantemente ao desenvolvimento do programa. Portanto, o uso adequado das informações produzidas permite incorporar mudanças ao seu conteúdo (COSTA & CASTANHAR, 2003).

2.2.6.2 Avaliação dos *outcomes*

Segundo Theodoulou (2012) *apud* Siteo e Lumbela (2013), a avaliação dos *outcomes* (*outcome evaluation*) focaliza a sua atenção para o nível em que a política está a atingir os seus objectivos em relação ao grupo-alvo. Está preocupada com os outputs, pretendendo compreender até que ponto estes vão assegurar atingir os resultados esperados. Para tal, é necessário que produza análise da efectividade, incluindo os custos.

2.2.6.3 Outros tipos de avaliação

No entender de Parsons (2005), *apud* Siteo & Lumbela (2013) é possível ter dois principais tipos de avaliação: avaliação formativa e a avaliação sumativa. Assim, este autor refere que:

Normalmente, a avaliação formativa é aquela que acontece durante a implementação do programa/projecto e procura analisar até que ponto o programa/projecto está a ser implementado e se as condições que podem garantir uma implementação de sucesso estão criadas. Na avaliação formativa, monitora-se o modo como o programa/projecto está a ser gerido, o que no final do dia pode servir para melhorar o desempenho do programa/projecto e o processo de implementação. Esta avaliação procura ver até que ponto os objectivos estratégicos estão (ou podem) ser alcançados”.

¹²*Apud* Siteo e Lumbela 2013

Avaliação sumativa – é aquela que é feita após a implementação do programa/projecto e que procura medir até que ponto o programa/projecto teve algum impacto no problema que se pretendia resolver. Este tipo de avaliação visa também determinar se o projecto foi implementado de forma eficiente e se alcançou/atingiu os beneficiários pretendidos.

Para os fins deste trabalho, iremos utilizar dois tipos de avaliação de políticas públicas, segundo as fases da nossa pesquisa. Na primeira fase, recorreremos ao tipo de avaliação formativa, que tem como objetivo investigar o funcionamento da política/ou programa, entre eles, observar suas etapas, mecanismos e processos. Assim, este tipo de avaliação procura fazer uma articulação entres os meios e os fins, possibilitando estabelecer, dessa maneira, sua compatibilidade ou não, com as estratégias propostas para o alcance dos resultados. (TREVISAN & BELLEN, 2008). A escolha deste tipo de avaliação nos permitiu obter informações para superar problemas apresentados na política pública, durante a implementação. Tem a função de gerar *feedback* para aqueles que estão diretamente ligados aos processos desta etapa, com o intuito de possibilitar possíveis correções.

Posteriormente (isto na segunda fase) recorreremos ao tipo de avaliação sumativa, que está focada nos resultados, visto que o objectivo do PASP geral é promover a inclusão socio-económica das populações mais vulneráveis com capacidades físicas para o trabalho, onde especificamente se materializa com base em três objectivos específicos:

- I. Contribuir para a superação da insegurança alimentar crónica, agravada pelos choques e riscos estruturais e impactos das mudanças ambientais, como as secas e o desemprego, permitindo que os agregados familiares abrangidos tenham estabilidade económica e social;
- II. Criar oportunidades de acesso a rendimentos para os agregados familiares mais vulneráveis, a partir do envolvimento dos membros com capacidade física para o trabalho em actividades produtivas;
- III. Criar capacidades, habilidades profissionais e conhecimentos na concepção e gestão de pequenos e médios negócios, nas pessoas com capacidade para o trabalho, de membros dos agregados mais vulneráveis, de modo a facilitar a sua integração em iniciativas de geração de rendimentos (GdM, 2012, p. 8).

Neste diapasão, a avaliação sumativa permitiu perceber em que medida o PASP atingiu os resultados esperados por aqueles que as formularam. No entanto, importa salvaguardar que neste tipo de avaliação os resultados podem ser caracterizados como resultados esperados e resultados não esperados. É um tipo de avaliação que diz respeito às consequências geradas e as consequências que não foram antecipadas pela política pública, no plano de implementação. (TREVISAN & BELLEN, 2008)

2.2.7 Programa Acção Social Produtiva

De acordo com o Decreto 52/2011 de 12 de Outubro, no seu artigo 5, n.º 1, PASP consiste no desenvolvimento de actividades que visam promover a inclusão socio-económica de pessoas em situação de pobreza e vulneráveis com capacidade para o trabalho, com prioridade para os agregados familiares chefiados por mulheres, pessoas com deficiência e com crianças com problemas de desnutrição.

A iniciativa do PASP faz parte de um conjunto de vários instrumentos de política pública do Estado moçambicano, estabelecidos na sequência da aprovação da Lei de Protecção Social (Lei no 4/2007) e subsequente aprovação dos regulamentos dos três principais sub-sistemas de segurança social básica, obrigatória e complementar, bem como da Estratégia Nacional de Segurança Básica (ENSSB) para 2010-2014 e vários programas operacionais de assistência social (Decreto no 53/2007, Decreto no 25/2009, Decreto no 85/2009, Resolução n.º 17/2010).

Um documento-base do GdM, de 2012, visando clarificar a finalidade e operacionalização do “Programa de Acção Social Produtiva” (PASP), definiu três objectivos específicos da iniciativa: (i) contribuir para a superação da insegurança alimentar crónica, agravada pelos choques e riscos estruturais e impactos das mudanças ambientais, como as secas e o desemprego, permitindo que os agregados familiares abrangidos tenham estabilidade económica e social; (ii) criar oportunidades de acesso a rendimentos para os agregados familiares mais vulneráveis, a partir do envolvimento dos membros com capacidade física para o trabalho em actividades produtivas; (iii) criar capacidades, habilidades profissionais e conhecimentos na concepção e gestão de pequenos e médios negócios, nas pessoas com capacidade para o trabalho, de membros dos agregados mais vulneráveis, de modo a facilitar a sua integração em iniciativas de geração de rendimentos (GdM, 2012, p. 8).

O referido documento define ainda como grupos-alvo do PASP os agregados familiares em situação de vulnerabilidade, com pelo menos um membro com capacidade para o trabalho, priorizando os agregados familiares chefiados por mulheres; agregados com pessoas com deficiência, doença crónica ou pessoa idosa; com crianças em situação de desnutrição; com alto nível de dependência; e famílias de acolhimento de crianças órfãs em situação de pobreza e vulnerabilidade (GdM, 2012, p. 9). O PASP consiste, presentemente, em transferências sociais monetárias e em espécie em troca da prestação de serviços laborais.

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

Este capítulo define o tipo de pesquisa e a metodologia usada na elaboração deste trabalho. Aqui são apresentados os procedimentos e abordagens metodológicos usados na elaboração da presente monografia, bem como as técnicas que foram usadas no processo de recolha de dados.

3.1 Tipo de Pesquisa

Segundo os critérios de classificação de pesquisa apresentados por Prodanov e Freitas (2013), o tipo de pesquisa realizada por um pesquisador tem que ver com a abordagem que este toma em relação ao problema da pesquisa. Para o nosso caso, efetuou-se uma pesquisa do tipo qualitativa. Gil (2008, p. 207) considera que nesse tipo de abordagem “existe uma relação entre o mundo e o sujeito que não pode ser traduzida em números (...) o pesquisador tende de analisar seus dados indutivamente”. A pesquisa qualitativa em relação ao tema permitiu ao pesquisador estabelecer a interação directa com os participantes, extrair dados através da observação directa do local escolhido para o estudo.

Desta forma, este tipo de pesquisa permitiu avaliar a dinâmica do processo de implementação do Programa de Acção Social Produtiva (PASP) na geração de emprego e renda sustentável no distrito municipal KaMubukwani, analisando a relação lógica entre os objectivos traçados no programa, as acções desencadeadas pelo INAS a nível daquele distrito para o alcance dos objectivos e os resultados produzidos em virtude da implementação do programa.

Portanto, o tipo de abordagem usado permitiu igualmente operacionalizar os principais conceitos do trabalho relacionados com as Políticas Públicas; Avaliação de Políticas Públicas; Resultado Intermédio/Outcome, emprego e rendimento, assim como a operacionalização de outros conceitos relevantes para a avaliação de qualquer política. Da mesma maneira, a opção pela abordagem qualitativa garantiu a operacionalização dos conceitos de relevância, eficácia, eficiência e efectividade. Entretanto, o uso da abordagem qualitativa não nos impediu de recorreremos a técnicas estatísticas, principalmente em questões cuja natureza exige uma mensuração, isto é, o uso de números.

3.2 Método de abordagem

Com o objectivo de testar as hipóteses inicialmente formuladas, nesta pesquisa privilegiou-se sobretudo o uso do método hipotético-dedutivo.

Como explica Carvalho (2009) o método hipotético-dedutivo inicia-se pela percepção de uma lacuna no conhecimento, acerca da qual se formulam hipóteses. Depois pelo processo de inferência dedutiva, testa-se a predição da ocorrência de fenómenos abrangidos pela hipótese. Ou seja, a ciência tem o seu ponto de partida nos problemas que o investigador identifica, os quais são o resultado de discrepâncias entre as expectativas e o que ele observa na realidade.

Isso equivale dizer que, através deste método, estabeleceu-se uma hipótese e avaliou-se o PASP, partindo do problema verificado na implementação das Políticas Públicas de desenvolvimento rural.

3.3 Método de procedimento

A pesquisa procedeu-se com base no método monográfico ou estudo de caso. Segundo Marconi & Lakatos (2009), este método consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações. No estudo de caso, a investigação deve buscar examinar o tema escolhido, observando todos os factores que o influenciam, analisando-o em todos os seus aspectos. Assim, o distrito Municipal KaMubukwani foi o nosso caso de estudo para a efectivação da parte empírica do trabalho.

Este método nos permitiu estabelecer uma relação dos dados fornecidos pela administração do distrito municipal Kamubukwani com o que realmente existe no terreno, com maior enfoque para os postos de empregos criados pelos beneficiários do fundo envolvidos na pesquisa.

3.4 Técnica de Recolha de Dados

Segundo Andrade (2004) as técnicas de pesquisa ou de recolha de dados podem ser classificadas tendo em conta a documentação indirecta e a documentação directa. Enquanto a primeira engloba a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, a segunda contempla a observação directa intensiva (observação propriamente dita e as entrevistas) e a observação directa extensiva (formulário, questionário, testes, história de vida etc). A materialização deste estudo foi possível graças ao uso das duas categorias, com destaque para a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e as entrevistas.

A pesquisa bibliográfica foi de capital importância na medida em que “bebemos” do material bibliográfico já publicado, especialmente obras literárias e artigos publicados relacionados com o tema em estudo.

Já a pesquisa documental fez-se sentir no momento em que procedemos o levantamento dos relatórios oficiais, elaborados e publicados pelas entidades que monitoram o processo da implementação do programa, como: Manual de Operações, Boletim Informativo do Mercado do Trabalho e Decreto 52/2011 de 12 de Outubro.

Por último, conduzimos as entrevistas semi-estruturadas junto dos principais intervenientes do processo (beneficiários) assim como com alguns funcionários da administração do Distrito Municipal KaMubukwana que fazem parte da Comissão Técnica Distrital, secretários dos bairros, funcionários do Município da Cidade de Maputo e do Instituto Nacional de Acção Social. Vale sublinhar que a entrevista semi-estruturada é conhecida como semi-directiva ou semi-aberta, uma vez que permite não só a descrição dos fenómenos sociais, mas também sua explicação e compreensão, além de manter a presença consciente e actuante do pesquisador no processo de colecta de informações.

3.5 Definição da População e Amostra

Vergara (2000) entende população como um conjunto de elementos (empresas, produtos, pessoas, por exemplo) que possuem as características que serão objectos da pesquisa. Seguindo o pensamento desta autora, a amostra constitui uma parte do universo ou da população seleccionada pelo critério de representatividade. A população da nossa pesquisa são todos os beneficiários das famílias mais vulneráveis com, pelo menos, um membro com condições físicas para exercer um trabalho, que vivem ou viveram no Distrito Municipal de KaMubukwana, entre 2015-2020. Assim, a nossa pesquisa envolve um universo composto de 700 indivíduos.

Desse universo populacional foi extraída uma amostra de 12 participantes, sendo 1 (um) funcionário do Conselho Municipal do Distrito Kambukawana, 1 (um) funcionário do INAS e 8 responsáveis de famílias beneficiárias, seleccionados com base no critério de acessibilidade.

O critério por acessibilidade ou conveniência, segundo Gil (1999), é um tipo de amostragem em que o pesquisador selecciona os elementos a que tem acesso, determinando que

estes possam, de alguma forma, representar o universo, aplicando-o em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido um elevado nível de precisão.

3.6 Técnica de Análise de Dados

Feita a recolha de dados mediante as técnicas atrás mencionadas, torna-se necessário analisá-los. Para a realização de tal empreitada, privilegiamos a análise de conteúdo.

Segundo Berelson (1952:32) *apud* Gil (1999) esclarece que:

“O grande volume de material produzido pelos meios de comunicação de massa e a criação de técnicas para sua quantificação determinaram o desenvolvimento da análise de conteúdo, que é definida como uma técnica de investigação que, através de uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações.”

Neste estudo, a análise de conteúdo incidirá sobre diversas mensagens, tais como obras literárias, relatórios oficiais publicados pelo Município da Cidade de Maputo sobre a Execução do PASP, artigos científicos e, por último, as entrevistas efectuadas com os nossos participantes.

3.7 Limitações

Qualquer tipo de pesquisa tanto qualitativa como a quantitativa está sujeita a limitações. Assim sendo, constituíram factores de limitação para esta pesquisa: (i) barreiras burocráticas no acesso aos principais intervenientes e responsáveis pela gestão do PASP no INAS (ii) a indisponibilidade de alguns beneficiários seleccionados para participar no estudo, e (iii) a impossibilidade de entrevistar o Vereador do Distrito Municipal KaMubukwana, pois no período da realização da pesquisa no campo, este encontrava-se e viagem à Alemanha.

3.8 Descrição do objecto de Estudo

Avaliação da Implementação do Programa Acção Social Produtiva na Geração de Emprego e Renda Sustentável no Distrito Municipal KaMubukwana (2015-2020).

A avaliação do objecto de estudo será baseado com as dimensões tais como: eficácia, eficiência e efectividade, cada uma dessas dimensões é composta por seus indicadores como mostra a figura abaixo.

Variáveis	Dimensões	Indicadores
PASPA <i>(Variável independente)</i>	Efectividade	Eficácia <ul style="list-style-type: none"> • Empregos promovidos pelo projecto; • Número de beneficiários envolvidos; • Melhoria de Rendimento das famílias • O ganho das famílias com base nos negócios promovidos pelo PASP.
		Eficiência <ul style="list-style-type: none"> • Financiamento de negócios dos beneficiários; • Custos administrativos envolvidos na gestão do programa
Geração de emprego e rendimento sustentável		
Os postos de empregos criados pelo PASPA não são sustentáveis <i>(variável dependente)</i>		

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

3.8.1 Distrito Municipal Kamubukwana

Descrição do Distrito Municipal KaMubukwana

O DM KaMubukwana localiza-se na cidade de Maputo e possui uma extensão da cintura verde de cerca de 913.8 hectares. É limitado a norte pelo distrito de Marracuene, a sul pela Baía de Maputo, a este pelos distritos Municipais KaChamankulo e KaMavota, e a oeste pelo Vale do Infulene. Segundo dados do Censo Geral da População de 2017, o DM KaMubukwana possui uma superfície total de 52 Km² e uma população estimada em 319 968 habitantes, sendo 1535 380 homens e 166.588 mulheres (INE, 2017)

3.8.2 Divisão Administrativa

O DM KaMubukwana encontra-se administrativamente dividido em catorze (14) bairros, nomeadamente: Luís Cabral, Jardim, Inhagoia “A”, Inhagoia “B”, N’salene, 25 de junho “A”, 25

de Junho “B”, Bagamoio, Jorge Dimitrov, Malhazine, Magoanine “A”, Magoanine “B”, Magoanine “C” e Zimpeto. A sede da administração do Distrito Municipal KaMubukwana localiza-se no bairro 25 de Junho “A”¹³.

3.8.3 Descrição do Programa de Acção Social Produtiva

“Acção Social Produtiva” (ASP) é a designação atribuída pelo Governo de Moçambique (GdM) a uma recente iniciativa de política pública no domínio da assistência social que visa “... a inserção social e económica das pessoas com capacidade para o trabalho, mas vivendo em situação de pobreza extrema” (GdM, 2012, p. 4).

Trata-se de uma iniciativa que integra o conjunto dos outros instrumentos de Política Pública do Estado moçambicano, estabelecidos antes e depois da aprovação da Lei de Protecção Social de Fevereiro de 2007 (Lei no 4/2007) e subsequentes instrumentos operacionais, como o Regulamento do Subsistema de Segurança Social Básica de 2009 e a Estratégia Nacional de Segurança Básica para 2010-2014 (Decreto no 85/2009; Resolução no 17/2010).

3.8.4 Objectivos do Programa

Segundo o GdM, (2012: 8) o PASP tem como objectivo promover a inclusão socio-económica das populações mais vulneráveis com capacidades físicas para o trabalho, sendo especificamente:

- ✦ Contribuir para a superação da insegurança alimentar e nutricional a partir do contributo na estabilização de rendimentos e do consumo dos agregados afectados pelos choques, riscos estruturais, mudanças climáticas e ainda para a melhoria da produtividade e produtividade agrícola;
- ✦ Criar oportunidades de acesso a rendimentos para os agregados familiares mais vulneráveis, a partir do envolvimento dos membros com capacidade física para o trabalho em actividades produtivas;
- ✦ Criar capacidades, habilidades profissionais e conhecimentos na concepção e gestão de pequenos e médios negócios nas pessoas com capacidade para o trabalho membros dos

¹³<http://www.cmmaputo.gov.mz/content/Distrito+Municipal+KaMubukwana>.

agregados mais vulneráveis de modo a facilitar a sua integração em iniciativas de geração de rendimentos.

3.8.5 Grupo-Alvo

O documento supracitado advoga que o PASP tem como grupos-alvo os agregados familiares em situação de vulnerabilidade que possuam, pelo menos, um membro com capacidade para o trabalho. Neste grupo, deverão ser priorizados:

- Agregados familiares chefiados por mulheres;
- Agregados familiares com pessoas com deficiência, doença crónica ou com pessoa idosa;
- Agregados familiares com crianças em situação de desnutrição;
- Agregados familiares com alto nível de dependência;
- Famílias de Acolhimento de crianças órfãs em situação de pobreza e vulnerabilidade.

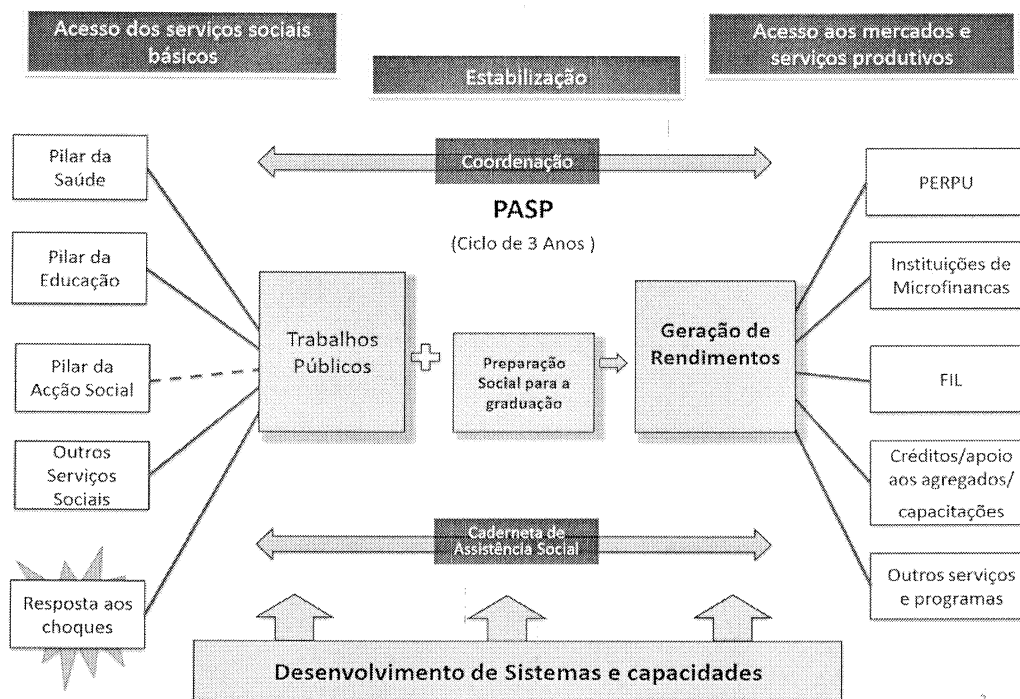
Na selecção destes grupos, foram privilegiados os que se encontram em zonas geográficas:

- I. Que apresentam índices de pobreza mais elevados;
- II. Que apresentem maiores níveis de insegurança alimentar;
- III. Consideradas como as mais propensas a calamidades derivadas das mudanças climáticas e outros factores ambientais, com destaque para as zonas áridas e semi-áridas.

3.8.6 Modelo de Intervenção no PASP

Tal como previsto na ENSSB, o PASP estrutura-se em dois pilares de intervenção que constituem a componente de trabalhos públicos com o uso da mão-de-obra intensiva e o de apoio ao desenvolvimento de iniciativas de geração de rendimentos (DGdM, 2012).

Figura: 3.8.6.1 Modelo de intervenção do PASP



Fonte: DGdM, 2012: 9

3.8.7 Instituições Responsáveis pela implementação

O PASP é um programa nacional, cuja implementação é partilhada entre várias entidades governamentais, sob a coordenação do MMAS, conforme se estabelece no n.º3, do artigo 1, do Decreto n.º 52/2011, de 12 de Outubro.

No entanto, o sucesso da implementação do PASP requer a participação efectiva dos sectores da Administração Estatal, Trabalho (INEFP), Gestão de Calamidades (INGC), Agricultura, Obras Públicas e Habitação, Planificação e Desenvolvimento, onde também fazem parte os sectores da Saúde e Educação, diferentes organizações não-governamentais que implementam acções na área de segurança social básica (DdGM, 2012).

Tabela. 3.8.7.1 Sobre as instituições responsáveis pela implementação do PASP

Níveis	Responsabilidade	Instituições
--------	------------------	--------------

<p>CEntral</p>	<p>Tomar as decisões estratégicas do PASP incluindo entre outras:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✦ Aprovar os Manuais de Procedimentos das diferentes componentes; ✦ Aprovar o Orçamento do Programa; ✦ Aprovar a distribuição geográfica do Programa (até ao nível do distrito); ✦ Garantir a articulação entre os vários programas na área de segurança social básica implementados por diferentes instituições, em especial a Saúde, Educação, Agricultura, Trabalho, Administração Estatal, Planificação e Desenvolvimento e Obras Públicas e Habitação, bem como por organizações não-governamentais. 	<p>Conselho de Coordenação do Subsistema de Segurança Social Básica-</p>
<p>ProvIncial</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Orientar e aprovar os parâmetros básicos do projecto e sua revisão a médio prazo (em especial os critérios de selecção dos beneficiários, os critérios de selecção dos subprojectos de trabalhos públicos); ✦ Aprovar o Manual de Operações e suas revisões; ✦ Aprovar os Planos Anuais de Trabalho e Orçamentos; ✦ Aprovar os relatórios de progresso do projecto preparados pelo INAS e submetidos pelo MMAS. 	<p>Secretariado Executivo e Conselho Técnico Conselhos Provinciais de Coordenação do Subsistema de Segurança Social Básica,</p>
<p>Municipal Distrital</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Preparação técnica dos subprojectos de trabalhos públicos, sob a iniciativa do Serviço Distrital/municipal competente que contará com o necessário apoio das respectivas Direcções Provinciais; ✦ Afectação dos beneficiários aos subprojectos de acordo com as listas aprovadas pelo INAS; ✦ Aquisição de materiais e equipamentos, em conformidade com as regras de estabelecidas no respectivo manual; ✦ Manutenção dos subprojectos finalizados, conforme o caso; ✦ Elaboração de relatórios de progresso e financeiros, a serem encaminhados ao INAS; ✦ Garantia da ligação entre os trabalhos públicos com uso da mão da obra intensiva com as outras intervenções do PASP, em especial a preparação social para a graduação e as actividades de geração de rendimentos; ✦ Homologação da lista de cursos de formação e capacitação propostos para o distrito ou município e comunidades abrangidas; ✦ Definição das melhores estratégias que garantam o acesso pelos AF do PASP às iniciativas facilitadas pelo FDD ou PERPU e a outras iniciativas de desenvolvimento existentes no distrito ou município. 	<p>Governo Distrital / Municipal</p>

	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Identificação de áreas prioritárias de implementação do PASP dentro do Distrito/Município de acordo com os critérios já mencionados; ✦ Selecção de subprojectos de trabalhos públicos, em consulta com as comunidades beneficiárias e de acordo com os critérios acordados para a selecção dos subprojectos; ✦ Endosso das listas de AF beneficiários trazidos pelos níveis inferiores; ✦ Acompanhamento do progresso das famílias abrangidas no ciclo do PASP; □Sugerir medidas para a melhoria do processo de implementação do PASP. 	Conselhos Consultivos Distritais/ Municipais
Postos Administrativo	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Procedem à sistematização das listas de beneficiários e outros dados e informações recebidos das Localidades para o seu envio ao distrito servindo assim de canal de trânsito entre a localidade e o distrito no contexto das intervenções pelo PASP ✦ Prestar apoio de que as Localidades careçam na sua comunicação com o nível distrital e o INAS. 	Os Chefes de Posto Administrativo
Localidades	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Identificação dos beneficiários e na monitoria na implementação das actividades do PASP, incluindo dos trabalhos públicos junto das comunidades beneficiárias e acompanha o progresso dos AF abrangidos. ✦ Confirmação das listas recebidas de cada comunidade pelo Conselho Consultivo local em encontro que contará com a presença do Permanentes do INAS. ✦ Proceçussão da devolução da lista definitiva de beneficiários à comunidade já devidamente validada pelo INAS, através do Permanente. 	O Chefe da Localidade participa com o Permanente do INAS
ComunidadeS	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Garantia da atenção atempada às preocupações colocadas pela Comunidade no contexto do PASP e o encaminhamento à Delegação do INAS e a outros níveis das questões que não possa dar resposta imediata nos termos do seu mandato. 	Autoridades locais e representantes do INAS ou acção social a nível local

Fonte: Elaboração própria com base nos dados DdGM (2012).

CAPÍTULO IV. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

4.1 Apresentação e Interpretação de dados

Neste capítulo, faz-se a análise e a interpretação de dados obtidos através do estudo feito com alguns beneficiários do PASP e funcionários da Administração do Distrito Municipal

KaMubukwana que fazem parte da Comissão Técnica Distrital e do Instituto Nacional de Acção Social.

Segundo Gil (2008:156),

“Apesar de conceitualmente distintos, aparecem sempre estreitamente relacionados. A análise tem como objectivo organizar e resumir os dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação”. Já a interpretação tem como objectivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos obtidos”

Com vista a avaliar a implementação do Programa Acção Social Produtiva no âmbito da promoção de emprego e renda nas famílias mais vulneráveis que tem pelo menos um membro com capacidades físicas para o trabalho no Distrito Municipal KaMubukwana, levantamos, outrora, a seguinte questão de partida: “até que ponto a implementação do PASP contribui para a geração de emprego e renda nas famílias mais vulneráveis que tem pelo menos um membro com capacidades físicas para o trabalho no Distrito Municipal KaMubukwana?”

Os resultados da questão acima foram obtidos por via de entrevistas semi-estruturadas, direccionadas aos beneficiários e alguns membros das instituições responsáveis pela implementação do programa.

4.2 Apresentação dos resultados das entrevistas

Nesta secção, são apresentados os resultados de entrevistas que foram levadas a cabo com membros pertencentes ao INAS e funcionários do Conselho Municipal do Distrito KaMubukwana. Este processo reveste-se de máxima relevância, uma vez que possibilita a compreensão do problema de pesquisa levantado.

No topo da página do guião de entrevista direccionado aos membros pertencentes ao INAS do Distrito Municipal KaMubukwana bem como aos beneficiários do programa, foram colocados dados referentes à apresentação do pesquisador (instituição de formação, nome, contacto), seguidos dos objetivos da pesquisa. Por baixo, consta uma tabela referente aos dados pessoais dos entrevistados (alunos: sexo, idade, classe que frequentam). O guião composto era de 6 (seis) questões abertas que estavam em estreita relação com os objectivos da nossa pesquisa.

4.3 Perfil dos Entrevistados

De acordo com a tabela abaixo, todos os nossos entrevistados são do sexo masculino, com idades compreendidas entre 40-45 anos, e possuem nível superior.

Tabela 4.3 1 Dados pessoais dos Entrevistados Funcionários do Conselho Municipal e do INAS

Nome	Sexo	Idade	Instituição	Habilitações literárias	Tempo no cargo	Cargo
DSSDMK	Masculino	45 Anos	Conselho Municipal	Licenciatura em Serviços Sociais	7 Anos	Director dos serviços sociais do distrito Municipal
CRPDI	Masculino	41 Anos	INAS	Técnico Superior em Acção Social	9 Anos	Chefe de repartição do programa de Desenvolvimento

Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados fornecidos pelos entrevistados, em Maio de 2022

Doravante, seguiremos com a apresentação da síntese das respostas obtidas dos nossos entrevistados. Na primeira questão procuramos saber do Director de Serviços Sociais do Distrito Municipal KaMubukwana (DSSDMK) e do Chefe da Repartição do Programa de Desenvolvimento no INAS (CRPDI) se tinham algum conhecimento sobre o Programa da Acção Social Produtiva, através da seguinte questão: “podes nos dizer em poucas palavras em que consiste o Programa de Acção Social Produtiva?” Como resposta, obtivemos os seguintes depoimentos:

“O programa de acção social produtiva foi um programa implementado pelo governo com o fundo monetário internacional com objectivo ajudar a população de renda baixa, sobretudo nas famílias vulneráveis, mas que tenha um membro com capacidade de trabalhar” (DSSDMK. 07. 05. 2022.).

Entretanto, o CRPDI disse que:

“O programa de acção social produtiva consiste em reforçar as capacidades financeiras dos agregados familiares mais vulneráveis que tem capacidade para o trabalho, este

trabalho consiste em participar em certas actividades em lugares públicos como é o caso de praias, mercados etc., ” (CRPDI, 14. 05. 2022).

Neste ponto, constatámos que os nossos entrevistados demonstraram ter conhecimento sobre o programa e os seus argumentos corroboram o que consta no documento-base do PASP (2012:8), a saber: “promover a inclusão socio-económica das populações mais vulneráveis com capacidades físicas para o trabalho”.

Na segunda questão pretendíamos saber quantos beneficiários o programa teve, desde a sua implementação no distrito Municipal KaMubukwana? Nesta questão, o DSSDMK avançou que não tinha os dados exactos sobre quantas famílias já tinham se beneficiado do programa, tendo nos remetido a consultar ao INAS. Conforme o seu depoimento abaixo:

“Eu não tenho informação sobre isso, e como referi-me anteriormente que os dados podem ser encontrados no Instituto Nacional da Acção Social” (DSSDMK, 07. 05. 2022.).

Entretanto, segundo CRPDI:

“Na cidade de Maputo, desde a sua implementação, já aderiram no programa cerca de 3700 participantes. Mas, desde 2013 até então, não houve graduação de nenhum beneficiário, apenas 56 indivíduos estão neste momento na formação, sendo 28 na área da culinária, 20 eletricitas, 8 em corte e costura, de acordo com a instituição formadora (FPELAC). Nesse programa priorizam-se mulheres” (CRPDI, 14.05.2022).

Neste ponto não foi possível conferir os dados narrados com os relatórios de implementação do PASP. Entretanto, o mais preocupante é o facto de que o responsável da área dos assuntos sociais do Distrito Municipal Kamubukwana não ter informação sobre quantos beneficiários existem na sua área de jurisdição, visto que é da sua responsabilidade o endosso das listas de AF beneficiários, trazidos pelos níveis inferiores e fazer acompanhamento do progresso das famílias abrangidas no ciclo do PASP (PASP DOCUMENTO BASE, 2012:28).

Em seguida, procuramos saber qual foi o impacto que o Programa da Acção Social teve para as famílias beneficiárias do Distrito Municipal Kumbukwana. Nesta perspectiva, obtivemos o seguinte depoimento:

“Para mim, como funcionário da instituição, o impacto é positivo para a adesão ao programa. Porém, algumas pessoas têm as suas dificuldades, pois a situação de Maputo é diferente em relação a outras cidades. Aqui, as pessoas gostam de não depender de trabalho... gostam de serviços fáceis (como vender) e não têm paciência de esperar a formação e o fornecimento dos kits para desempenhar os seus negócios. Contudo, o impacto é positivo” (DSSDMK, 07. 05. 2022.).

Na mesma perspectiva, o CRPDI respondeu:

“O impacto que o programa trouxe foi de ver melhorias em certas pessoas aderentes, mudando o estilo de vida... algumas pessoas começaram a fazer poupança, estique e foram praticando outras actividades de geração de rendimento” (CRPDI, 14. 05. 2022).

Ainda no decurso da nossa entrevista, procuramos saber se as famílias beneficiárias têm ou tinham alguma orientação no processo de criação e implementação dos seus negócios. Em jeito de resposta, o DDSSCMK fez saber que:

“Têm tido sim, pois eles se beneficiam de uma formação, para que depois recebam os kits para desenvolver os seus negócios, de acordo com a área pela qual foram formados, de modo que possam sair da situação de extrema pobreza e até se tornarem empreendedores.” (DDSSCMK, 07. 05. 2022).

Entretanto quando consultamos o Chefe da Repartição do Programa de Desenvolvimento no INAS alegou que:

“As famílias beneficiárias do programa têm tido algumas orientações na implementação dos seus negócios, onde, primeiro, são submetidos a uma formação de 3 ou 4 meses para melhor gerirem os seus negócios. Estes beneficiários são supervisionados por técnicos do INAS passando por algum tempo, pois estes graduam e fazem seu negócio livremente sem ser supervisionados” (CRPDI, 14. 05. 2022).

A quinta questão do nosso guião procurava avaliar a sustentabilidade do programa. Nesta óptica, fizemos a seguinte pergunta: “como avaliam o programa em termos de sustentabilidade?” O nosso primeiro entrevistado respondeu nos seguintes termos:

“A avaliação que eu faço sobre o programa é positiva, no que concerne à sustentabilidade vale a pena. Por exemplo, se alguém graduou e depois recebe os equipamentos e consegue desenvolver auto-sustento de forma independente é uma mais-valia, pois há muitas pessoas que sabem fazer, mas não têm meios... esse grupo é emponderado em saber fazer e ainda é potencializado com instrumentos de como fazer” (DSSDMK, 07. 05. 2022.).¹

Na mesma perspectiva, o representante do INAS avançou que:

“A avaliação do programa é positiva, porque o INAS faz um balanço do antes e depois do programa. Conhecendo as potencialidades e dinâmicas da cidade, tentamos escolher pessoas que precisam, alavancam um negócio e fazem diferença que valem aplausos.” (CRPDI, 14. 05. 2022).

Na última questão do nosso guião de entrevistas com o Director de Serviços Sociais do Distrito Municipal KaMubukwana e o Chefe da Repartição do Programa de Desenvolvimento no INAS, procuramos saber sobre os possíveis constrangimentos na implementação do PASP. Respectivamente, os nossos entrevistados responderam:

“Os possíveis constrangimentos são desafios relacionados com o mercado. Temos de ver a inclinação do beneficiário para poder lhe visitar, situar e perguntar onde é que vai implementar o seu negócio. Estamos numa altura em que o município está em combate de venda de comida na rua. Por isso, há necessidade de fazer um acompanhamento de falar-se com o secretário do bairro para prestar mais atenção procurando apoio ao município” (CRPDI, 14. 05. 2022).

“Falta de um espaço apropriado para que esses beneficiários graduados possam desenvolver suas actividades. Este tem sido o maior calcanhar de Aquiles, porque uns têm feito nas suas casas e depois entram em rivalidades. Há simulações de roubos e as pessoas voltam a estaca zero porque não tiveram um espaço condigno para a realização das suas ações. Esse é um constrangimento e as instituições envolvidas no desenho desse programa deveriam criar condições de espaço para que as pessoas envolvidas desenvolvam os seus negócios com segurança.” (DSSDMK, 07. 05. 2022).

A secção que acabamos de descrever acima, apresentou as informações obtidas por meio de entrevistas direccionadas ao Diretor de Assuntos Sociais do Distrito Municipal Kambukwane e ao Técnico de Programa de Desenvolvimento do INAS.

A seguir, iremos proceder a análise, a interpretação e a discussão dos resultados obtidos por meio das entrevistas feitas aos beneficiários do PASP, a nível do Distrito Municipal de KaMubukwana.

4.4 Perfil dos beneficiários

Todos os entrevistados participantes da pesquisa residem no Distrito Municipal KaMubukwana. Para identificação dos beneficiários, iremos codificá-los usando as iniciais dos seus nomes completos. Portanto, do total dos entrevistados, 3 foram homens e 9 eram mulheres.

Tabela.4. 4. 1 Dados pessoais dos entrevistados beneficiários

Nº	Nome	Idade	Género	Local de Residência	Tipo de negócio desenvolvido
1	AB	44 anos	Masculino	Bairro 25 de Junho A Casa nº 97, Q.30	Criação de Frangos
2	YN	36 anos	Feminino	Bairro 25 de Junho B, Rua nº5, Casa nº 77, Q.16	Venda de comida
3	EM	34 anos	Feminino	Bairro Bagamoio casa nº 321, Q nº 45.	Venda de Roupa usada
4	LC	37 anos	Feminino	George Dimitrov casa nº 83, Q-nº 29.	Salão
5	CS	40 anos	Feminino	Bairro George Dimitrov. Q nº 29, casa nº 105.	Venda de Roupa usada
6	NM	36 anos	Feminino	Bairro Bagamoio. Q nº 45, Casa nº 89.	Venda de Roupa usada
7	MM	42 anos	Feminino	Bairro Bagamoio. Q nº 48, Casa nº 77.	Venda de comida confeccionada
8	PR	39 anos	Masculino	Bairro Bagamoio. Q nº 45, Casa nº. 61.	Venda de ração de frangos
9	AM	41 anos	Feminino	Georgi Dimitrov Casa nº 66.	venda de roupa usada
10	TN	37 anos	Masculino	Georgi Dimitrov. Casa nº. 101.	Venda a grosso de recargas das três operadoras de telefonia móvel
11	RL	35 anos	Feminino	Bairro Bagamoio. Q nº 48, Casa nº 63.	Venda de roupa usada
12	VN	37 anos	Feminino	Bagamoio Q nº 45. Casa nº 67.	Comida confeccionada

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelos entrevistados

Para estes entrevistados, a primeira questão procura saber por parte dos beneficiários se eles sabiam em que consiste o Programa de Acção Social Produtiva. Todos os beneficiários

entrevistados foram unânimes ao afirmarem que PASP é um programa levado a cabo pelo Governo com vista a ajudar famílias desfavorecidas, como comprovam os seguintes depoimentos:

“É ajuda do Governo aos desfavorecidos que não têm dinheiro para sustentar a sua vida.” (AB, dia 14 Maio de 2022).

“PASP é um programa que visa ajudar pessoas com condições menos favoráveis.” (YN, dia 16 de Maio de 2022).

“É um projecto que visa melhorar as condições de vida das pessoas que não têm trabalho, como mulheres viúvas e idosos.” (CS, dia 17 de agosto, 2022).

Por sua vez, na segunda questão, buscamos saber como souberam da existência desse programa. Nas respostas, recolhemos as seguintes informações:

“Eu tive conhecimento através do secretário do bairro e alguns dirigentes do Estado que me explicaram sobre programa” (YN, dia 16 de Maio de 2022).

Em torno da mesma questão, o entrevistado AB respondeu o seguinte:

“Tive conhecimento no ano 2014, quando o governo do distrito nos chamou a uma reunião para nos dizer que havia um programa do Governo para ajudar a população. Mas tinha de ser uma pessoa que não trabalhava, viúvo ou uma pessoa que sofre de doenças crónicas, mas que tem força para se integrar nesse projecto. Essas pessoas tinham de ter uma idade a partir de 18 anos para cima e deviam estar em condições de poder ser membro do projecto” (AB, dia 14 Maio de 2022).

Dando seguimento à nossa conversa, indagámos, na terceira questão, aos beneficiários se os requisitos para fazer parte do programa eram viáveis. Todos eles foram unânimes ao considerar os requisitos viáveis, como podemos confirmar nos seguintes depoimentos:

“Sim, os requisitos são viáveis, não há complicações. Basta ter Bilhete de Identidade ou duas testemunhas do bairro. Por isso, é fácil de ter” (YN, dia 16 de Maio de 2022).

“Sim, são viáveis, pois primeiro tens de ter qualquer documento para melhor identificação, mostrando com este e aquele documento claramente que deves participar no projecto. As pessoas com doenças crónicas, as pessoas que cuidam de crianças órfãs, que cuidam de idosos e que não tenham trabalho.” (AB, dia 14 Maio de 2022).

Na quarta questão procuramos saber dos beneficiários quais foram as actividades que desenvolveram no âmbito do financiamento pelo programa. Das actividades mais desenvolvidas, destacam-se a venda de roupa usada, venda de comida confeccionada e venda de frangos. Dentre essas actividades, a venda de roupa usada é o negócio mais praticado pelas famílias beneficiárias, conforme evidencia a tabela 4.5.2.

Na mesma senda, na quinta questão, procuramos saber dos beneficiários se haviam recebido algum dinheiro por parte do programa para o financiamento dos seus negócios. Todos os entrevistados foram unânimes ao responder que não tinham recebido algum dinheiro por parte do programa para o financiamento dos seus negócios, como atestam as seguintes declarações:

“Não recebi nenhum valor. Apenas o Governo comprou o material para executar o meu negócio, comprar congelador, panelas, pratos, talheres e tudo que é necessário para confeccionar refeições para vender no mercado.” (YN, dia 16 de Maio de 2022).

Na mesma senda respondeu o beneficiário AB afirmou:

“Neste projecto não é concedido nenhum fundo. O que eles fazem é comprar todo kit necessário para iniciar a sua actividade. Nesse meu negócio, eles deram-me material para fazer capoeira, ração e pintos; etc... todo material necessário para a criação de frangos. A pessoa tem de procurar o sítio para exercer a sua actividade.” (AB, dia 14 Maio de 2022).

“Penso que foi 30 mil meticais. Mas não recebi em forma de dinheiro, mas sim as recargas - neste caso o produto.” (TN, dia 18 de Agosto de 2022).

“Não tive fundo. Recebi fardos de roupas e comecei a vender. Foi assim que comecei o negócio.” (AM, dia 25 de agosto de 2022).

Com o objectivo de perceber se os negócios dos nossos entrevistados geravam postos de trabalho, questionamos aos beneficiários quantas pessoas empregou com base nos negócios por eles desenvolvidos.

“Eu trabalho com duas mulheres. Essas é que me ajudam e elas até hoje continuam comigo.” (YN, dia 16 de Maio de 2022).

“Comecei com três pessoas, mas continuam apenas duas pessoas. Um dos meus trabalhadores perdeu a vida num acidente de viação.” (AB, dia 14 Maio de 2022).

“Consegui criar dois postos de emprego, na medida que empreguei duas senhoras que até hoje estão comigo.” (EN, dia 28 de agosto, de 2022).

Na sétima questão formulámos a seguinte pergunta: “qual foi o impacto do programa de acção social produtiva na vida dos beneficiários?” Como respostas, os nossos entrevistados informaram:

“O que aconteceu foi de extrema importância. Consegui comprar uma casa, me meti na poupança e tenho lá um valor bom. Consigo sustentar a minha família e isso é importante.” (AB, dia 14 Maio de 2022)

“Graça ao projecto, consigo fazer poupança e faço estique com o dinheiro que consigo no mercado. Alimento a minha família e comprei mobília para minha casa.” YN, dia 16 de Maio de 2022).

“Graças ao negócio desenvolvido no âmbito do programa, consegui comprar espaço em Mualaze e estou a construir com os lucros desse negócio.” (CS, dia 17 de agosto, 2022).

Na mesma perspectiva a senhora NM respondeu:

“Consigo ajudar o meu filho com as despesas da escola.” (NM, dia 05 de Setembro, de 2022)

A oitava questão tinha como objectivo principal identificar os principais desafios e dificuldades que os beneficiários enfrentam nos seus investimentos. Por isso, fizemos a seguinte questão: “Quais foram os obstáculos enfrentados durante a implantação e gestão dos seus negócios?” Como respostas obtivemos:

“O problema que eu tive foi de como conseguir um espaço no mercado. Foi muito difícil e tive de pagar um certo valor para ser enquadrado num espaço de melhor acesso aos clientes.” (YN, dia 16 de Maio de 2022).

No contexto da mesma pergunta, o entrevistado AB fez saber o seguinte:

“Na gestão do meu negócio, tive problemas de pagar os trabalhadores e, em algum momento, morria uma certa quantidade de frangos. Isso porque não tinha uma boa experiência no tratamento desta criação. Quando aconteciam estes episódios, ficava com sérios problemas de pagar salários. Mas agora estou estável.”

Na nona questão pretendíamos saber dos beneficiários o que gostariam de ver a melhorar nos próximos tempos, a o que os entrevistados responderam:

“O Governo devia melhorar em arranjar espaços para a execução deste projecto e, se possível, aumentar a quantidade de todos itens necessários para lucros bons” (AB, dia 14 Maio de 2022).

Porém, para a entrevista YN:

“O Governo deveria dar dinheiro às pessoas para comprar os materiais para exercer a actividade, pois poderíamos comprar os materiais em lojas com preços acessíveis e

restar algum valor para fazer outras coisas.” (YolandaNhamise, dia 16 de Maio de 2022).

“Que o Governo passe a dar dinheiro físico para a pessoa gerir sozinho.” (MM, dia, 10 de Setembro de 2022)

Como se pode depreender, a secção acima fez a apresentação dos resultados das entrevistas feitas aos beneficiários. Doravante, passamos a fazer a interpretação dos dados. Vale ressaltar que esta interpretação foi feita tendo em conta os objetivos do estudo e o problema da pesquisa.

4.5 Análise e interpretação de dados

Após efectuarmos a apresentação dos resultados das repostas referentes ao guião das entrevistas, iremos interpretar os dados, tendo em conta os objectivos da pesquisa e as questões de investigação. Sendo assim, importa lembrar que nesta monografia temos como objetivo principal avaliar a implementação do Programa Acção Social Produtiva no âmbito da promoção de emprego e renda nas famílias mais vulneráveis que têm pelo menos um membro com capacidades físicas para o trabalho no Distrito Municipal KaMubukwana.

Num contexto em que quase a metade da população (49,2%) vive abaixo da linha de pobreza e uma parte significativa tem um rendimento superior à linha da pobreza, a vulnerabilidade e o risco de se viver na pobreza é maior. Além disso, população vivendo abaixo da linha da pobreza, 40,7%, encontra-se aglomerada nas zonas urbanas e 53,1% espalhadas nas zonas rurais (IOF 2014/15).

Em contrapartida, o Governo constatou que os níveis de pobreza e do desemprego continuavam alto, mesmo havendo pessoas preparadas fisicamente para a execução do trabalho. Com efeito, como forma de minimizar a decomposição social e colmatar esta situação, o Governo gerou, novamente, em 2011, o outro instrumento orientador que se designou Programa de Acção Social Produtiva com o objectivo de promover a inclusão socio-económica das populações mais vulneráveis com capacidades físicas para o trabalho, assentando-se no Decreto n° 52/2011 de 12 de Outubro. Após a sua planificação, este foi somente implementado em 2013 (ZITHA, 2017).

Um dos principais objectivos desse programa é criar capacidades, habilidades profissionais e conhecimentos na concepção e gestão de pequenos e médios negócios nas pessoas com capacidade para o trabalho, dos membros de agregados familiares mais vulneráveis de modo a

facilitar a sua integração em iniciativas de geração de rendimentos. (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, PASP, 2012:8).

Olhando para a nossa questão da pesquisa e as hipóteses por nós formuladas, baseando-se nas Teorias Descritivas, Normativas e tendo em conta aos resultados apresentados pelos nossos entrevistados (Funcionário do Distrito Municipal Kamubukwana, Técnico do Instituto Nacional de Acção Social e os beneficiários) constatamos que, apesar do Programa de Acção Social Produtiva estar a impactar positivamente de forma imediata, sobretudo no que concerne à criação do auto-emprego e a geração de rendas das famílias beneficiárias, o mesmo não se pode dizer com relação à sustentabilidade desses negócios, se entendermos sustentabilidade como a capacidade de gerar recursos para remunerar os factores de produção, repor os activos usados e investir para continuar competindo (Andereassi & Vasconcelos, 2010).

Em parte, isso deve-se ao facto da sua concepção do programa não ter previsto a questão de como e onde as pessoas beneficiárias iriam implementar os seus negócios, nas suas respectivas áreas de formação, ficando ao critério do beneficiário identificar o seu local. Como explanaram os entrevistados.

“A falta de um espaço apropriado para que esses beneficiários graduados possam desenvolver suas actividades tem sido o maior calcanhar de Aquiles, porque uns têm feito o negócio nas suas casas e depois entram em rivalidades, simulações de roubos e acabam voltando à estaca zero, porque não tiveram um espaço condigno para a realização das suas acções. Esse é um dos constrangimentos para o qual as instituições envolvidas no desenho desse programas deveriam procurar condições de ultrapassar, para que as pessoas envolvidas desenvolvam os seus negócios com segurança.” (, DDSSCMK, 07. 05. 2022).

Um outro aspecto não menos importante que vale a pena referenciar tem que ver com o facto de o Programa de Acção Social Produtivo no Distrito Municipal KaMubukwana contribuir para proliferação do sector informal da economia, se olharmos para o tipo de negócios e trabalho exercido pelos beneficiários. Esta tendência nota-se a partir do momento em que os negócios desenvolvidos por estes beneficiários não detêm nenhum vínculo jurídico entre o empregado e empregador e deste com o Estado. Este facto coloca em causa a sustentabilidade do próprio trabalho desenvolvido pelos beneficiários, visto que muitos deles entravam em choque com as

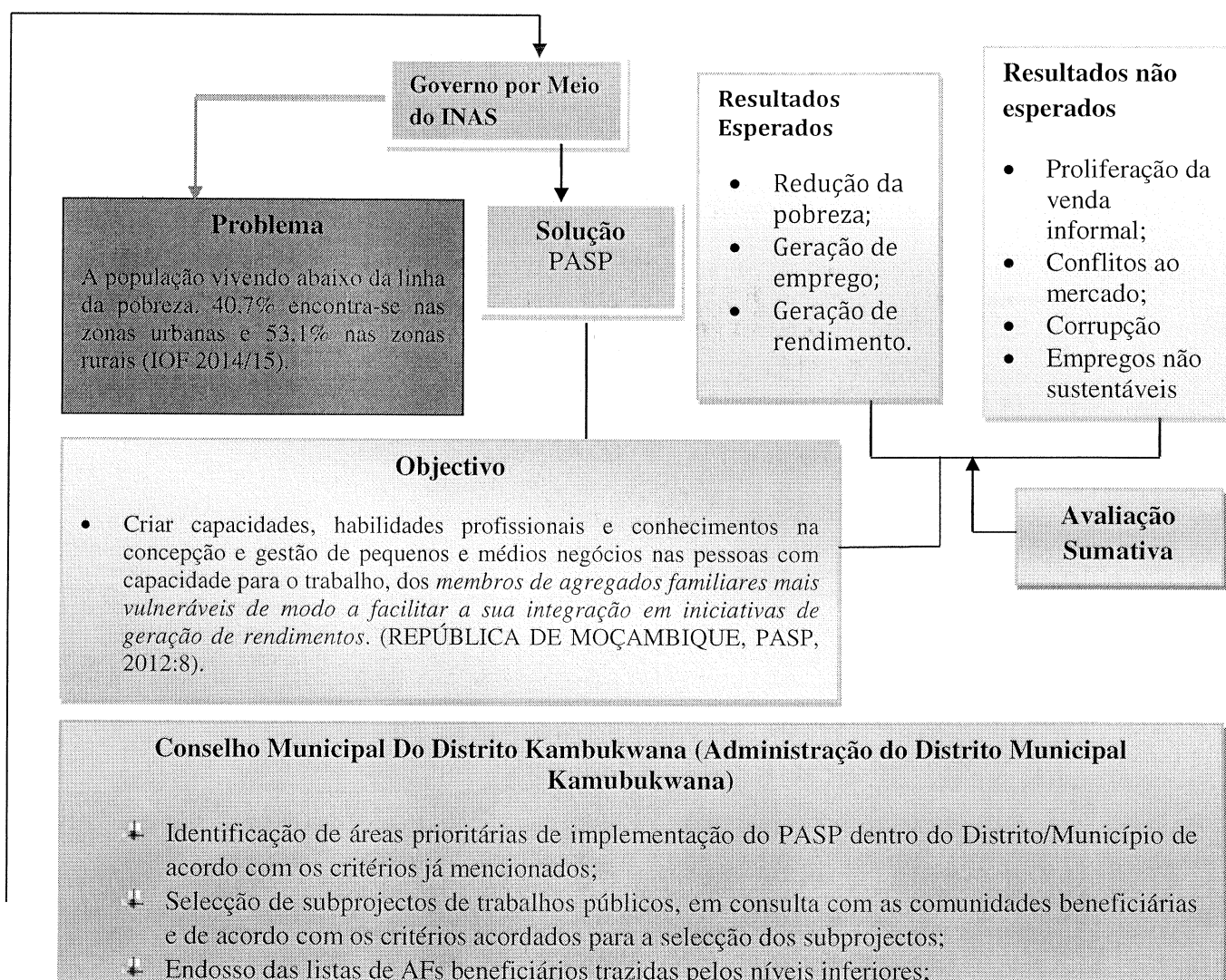
autoridades municipais, em matérias relativas à ocupação de espaços e durante realização das suas actividades, como explica os nossos entrevistados.

“Os possíveis constrangimentos são desafios relacionados com o mercado. Temos de ver a inclinação dos beneficiários para poder lhes visitar, situar e perguntar onde é que vai implementar o seu negócio. Estamos numa altura em que o município está em combate à venda de comida na rua. Por isso, há necessidade de fazer um acompanhamento e falar-se com o secretário do bairro para prestar mais atenção, procurando apoio junto ao município” (CRPDI, 14. 05. 2022).

“O problema que eu tive foi de como conseguir um espaço no mercado. Foi muito difícil e tive de pagar um certo valor para ser enquadrado um espaço de melhor acesso aos clientes.” (YN, dia 16 de Maio de 2022).

Assim, no que concerne à avaliação do programa podemos sintetizá-la da seguinte forma, tendo em conta aos dados obtidos:

Figura. 4.5. 1 Sobre a Avaliação do PASP



5. CONCLUSÃO E SUGESTÕES

5.1 Conclusão

O estudo avaliou a implementação do PASP no âmbito da promoção de emprego e renda nas famílias mais vulneráveis que têm pelo menos um membro com capacidades físicas para o trabalho no Distrito Municipal KaMubukwana no período de 2015-2020. Tendo sido inicialmente formulada a questão de partida e as hipóteses que nos serviram de fio condutor do nosso estudo, os resultados obtidos no campo de pesquisa concluímos que, apesar do Programa de Acção Social Produtiva estar a impactar positivamente de forma imediata no processo de criação de auto-emprego e a geração de rendas das famílias beneficiárias, o mesmo não se pode dizer sobre a sustentabilidade desses negócios, se entendermos sustentabilidade de um negócio como a capacidade de gerar recursos para remunerar os factores de produção, repor os activos usados e investir para continuar competindo.

Em suma, os nossos informantes foram unânimes ao afirmar que os negócios gerados pelo PASP, na sua maioria, contribuem para o aumento dos trabalhadores informais, porque os negócios não detêm nenhum vínculo jurídico entre o empregado e empregador e deste com o Estado. Este facto coloca em causa a sustentabilidade do próprio trabalho e abre fortes probabilidades da sua não sustentabilidade em situações de algum colapso económico.

5.2 Sugestões

Para que o PASP possa contribuir na geração de emprego e rendimento sustentável para os beneficiários do programa, com vista a minimizar a sua situação de pobreza e facilitar a sua integração em iniciativas de geração de rendimento no Distrito Municipal de KaMubukwana, sugerimos o seguinte:

- Identificação de espaços para o desenvolvimento ou implementação desses de projectos de negócios financiados pelo programa;
- Monitoria constante aos beneficiários do programa por forma a conseguirem avaliar se o que aprenderam em teoria está a ser implementado na prática;
- Maior comunicação entre as instituições responsáveis pela implementação do programa;
- Criação de uma base de dados dos beneficiários com informação concreta de forma a facilitar a avaliação e monitoria do programa.

Referências bibliográficas

ARRETCHE, Marta T. S. *Tendências no estudo sobre avaliação*. In: RICO, Elizabete Melo (org). São Paulo: Cortez/IEE, 1999.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor; SOUSA, Luzia Costa de. *Metodologia para avaliação de políticas públicas: Uma experiência em educação profissional*. São Paulo: Cortez, 2001.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. *Avaliação de projectos sociais*. Petrópolis: Vozes, 1993.

COSTA, Frederico L.; CASTANHAR, José C. *Avaliação de Programas Públicos: desafios conceituais e metodológicos*. Rio de Janeiro, 2003.

CUNHA, Carla G. Soares. *Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: Tendências Recentes e Experiências no Brasil*. Brasil: Minerva, 2006.

DYE, Thomas. *Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas*. In: HEDEMANN, F; SALM, J. (Orgs.). *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*, 2. Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

FAGILDE, Gorka. *Desemprego em Moçambique: Causas, Características e Contribuição de uma Nova Medida de Cálculo na Análise da Pobreza*. Maputo, Abril de 2008.

FALANGE, S. & PELLERANO, L. A reforma da proteção social em Moçambique e a nova estratégia de proteção social básica. Brasília, One Pager 339, Nov./2016. ISSN 2318-9118

MANKIW, N. Gregory. *Macroeconomia*, 5. Ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2004.

MARCONI, Marina Andrade & LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do Trabalho Científico*. 7. ed. São Paulo, 2009.

QUIVE, Samuel António. *Protecção Social em Moçambique: uma rede furada de protecção social*. Maputo, 2007.

SAMUELSON. Paul. NORDHAUS, William. *Economia*. 19. ed. Nova York: McGraw-Hill, 2010.

SITOE, Eduardo J; LUMBELA, Sécia. *Módulo de Planificação, Análise e Avaliação de Políticas Públicas*. Maputo, 2013.

TREVISAN, Andrei Pittol. BELLEN, Hans Michael van. *Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção*. RAP. FGV. Rio de Janeiro 42(3): 529-50, Maio/Junho. 2008

WILLIAM. *Public Policy Analysis: An Introduction*. Pearson Prentice Hall, 3. Ed. New Jersey, 2003.

SCM-PS. Relatório Anual 2015 da Plataforma da Sociedade Civil Moçambicana para Protecção Social. Maputo, 2015.

OIT, UNICEF e PMA. O Desenvolvimento de um Piso de Protecção Social em Moçambique. Maputo, 2015.

ZITHA, Fernandes Orlando. O Sistema de Protecção Social em Moçambique: Enquadramento das Crianças no Programa Subsídio Social Básico, Caso do Bairro Luís Cabral – Cidade de Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 2017.

NAÇÕES UNIDAS EM MOÇAMBIQUE. *Capitalização da Experiência da NU: O desenvolvimento de um Piso de Protecção Social em Moçambique*, 2015.

Apêndices

Apêndice A: Guião de Entrevista direccionado ao Beneficiários

“Avaliação da Implementação do Programa de Acção Social Produtiva (PASP) na Geração de Emprego e Renda Sustentável: caso do distrito municipal KaMubukwana (2015 – 2020)”.

Identificação: Nome do Beneficiário/ Idade/ Morada

1. O que é o PASP no seu ponto de vista?
2. Quando e como soube da existência do deste fundo a nível do DM KaMubukwana?
3. O que achou/acha do fundo?
4. Será que vale a pena ser credor deste fundo? Porquê?
5. Considera os requisitos para a aprovação do projecto viáveis?
6. Até que ponto consegue honrar com os requisitos exigidos pelo fundo, mesmo após o financiamento do seu projecto?
7. Qual é a actividade que desenvolve?
8. Qual foi o valor concedido pelo fundo para o financiamento do seu projecto?
9. Quantos postos de emprego criou o seu projecto?
10. E os trabalhadores ainda continuam nos seus postos de emprego? Se não, porquê?
11. O que aconteceu na sua vida como consequência deste fundo?
12. Quais são os problemas enfrentados na gestão do seu projecto de actividade?
13. O que gostaria de ver a melhorar nos próximos tempos?
14. Tem alguma coisa a dizer sobre este assunto?

Apêndice B: Guião de Entrevista direccionado ao Membro do Distrito Municipal Kamubukwana

Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Ciência Política e Administração Pública

Licenciatura em Administração Pública

Avaliação da Implementação do Programa Acção Social Produtiva na Geração de Emprego e Renda Sustentável: Caso do Distrito Municipal Kamubukwana (2015-2020)

Dados Pessoais	
Gênero: Masculino	Habilitações Literárias: Licenciatura em Serviço Social
Idade: 43 anos	Cargo/Função: Director dos Serviços Distritais
Nome: Pedro Mondlane	Tempo de Serviço: 18 anos

1. Em que consiste o Programa Acção Social Produtiva?
2. Desde a sua implementação, quantas famílias já se beneficiaram deste programa?
3. Qual é o impacto que o Programa Acção Social Produtiva trouxe nas vidas das famílias beneficiárias?
4. As famílias beneficiárias do programa têm tido alguma orientação no processo de criação e implementação dos seus negócios?
5. Que avaliação o(a) senhor(a) faz sobre o programa?
6. Quais são os possíveis constrangimentos que o programa enfrentou aquando da sua implementação?

Apêndice C: Guião de Entrevista direccionado ao Técnico do INSS

Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Ciência Política e Administração Pública

Licenciatura em Administração Pública

Avaliação da Implementação do Programa Acção Social Produtiva na Geração de Emprego e Renda Sustentável: Caso do Distrito Municipal de Kamubukwana (2015-2020)

Dados Pessoais	
Gênero: Masculino	Habilitações Literárias: Técnico Superior Acção Social
Idade: 41 anos	Cargo/Função: Chefe da Repartição Programas de Acção Social
Nome: José Saide	Tempo de Serviço: 16 anos

7. Pode nos dizer, em poucas palavras, em que consiste o Programa Acção Social Produtiva?
8. Desde a sua implementação, quantas famílias já se beneficiaram deste programa?
9. Qual é o impacto que o Programa Acção Social Produtiva trouxe nas vidas das famílias beneficiárias?
10. As famílias beneficiárias do programa têm tido alguma orientação no processo de criação e implementação dos seus negócios?
11. Que avaliação o(a) senhor(a) faz sobre o programa?
12. Quais são os possíveis constrangimentos que o programa enfrentou aquando da sua implementação.

ANEXO



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Decreto n.º 52/2011:

Cria os Programas de Segurança Social Básica a serem implementados pelo Ministério da Mulher e da Acção Social, através do Instituto Nacional de Acção Social.

Ministério das Finanças:

Diploma Ministerial n.º 243/2011:

Actualiza as tabelas de taxas de retenção na fonte do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS).

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 52/2011

de 12 de Outubro

Tornando-se necessária a operacionalização da Estratégia Nacional de Segurança Social Básica, aprovada pela Resolução n.º 17/2010, de 27 de Maio, nos termos do artigo 56 da Lei n.º 4/2007, de 7 de Fevereiro, o Conselho de Ministros decreta:

ARTIGO 1

(Criação)

1. São criados os Programas de Segurança Social Básica a serem implementados pelo Ministério da Mulher e da Acção Social, através do Instituto Nacional da Acção Social, designadamente:

- a) Programa Subsídio Social Básico;
- b) Programa Apoio Social Directo;

2. Na implementação dos Programas de Segurança Social Básica podem intervir as instituições religiosas, organizações não-governamentais, associações e sector privado através da terciarização.

3. A implementação do Programa Acção Social Produtiva é feita de forma partilhada nos termos da alínea d) do artigo 3 do Regulamento de Segurança Social Básica, aprovado pelo Decreto n.º 85/2009, de 29 de Dezembro.

ARTIGO 2

(Programa Subsídio Social Básico)

O Programa Subsídio Social Básico, consiste em transferências monetárias regulares mensais por tempo indeterminado, destinadas a assistência aos agregados familiares sem nenhum membro com capacidade para o trabalho, sem meios próprios para satisfazer as suas necessidades básicas e que sejam chefiados por pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas com doenças crónicas e degenerativas.

ARTIGO 3

(Programa Apoio Social Directo)

O Programa Apoio Social Directo consiste nas transferências sociais por tempo determinado em espécie ou o pagamento de serviços destinados a fazer face a situações de choques que agravam o grau de vulnerabilidade a pessoas ou agregados familiares em situação de pobreza e sem meios próprios para satisfazer as suas necessidades básicas, designadamente:

- a) Agregados Familiares chefiados por crianças de doze a dezoito anos;
- b) Agregados Familiares com crianças em fase de recuperação de uma situação de desnutrição aguda, por um período de dois anos que pode ser prorrogado por igual período mediante avaliação médica;
- c) Chefes de Agregados Familiares em situação temporária de incapacidade para o trabalho até o período máximo de um ano e seis meses;
- d) Pessoas idosas e pessoas com doenças crónicas e degenerativas em situação de acamados;
- e) Pessoas em processo de reintegração sócio-familiar no momento da reunificação familiar;
- f) Pessoas com deficiência necessitando de meios de compensação;
- g) Pessoas vivendo com HIV e SIDA em tratamento anti-retroviral até seis meses.

ARTIGO 4

(Programa Serviços Sociais de Acção Social)

Apoio à Velhice, Centros de Trânsito, Centros de Acolhimento à Criança, Centros Abertos e centros de pessoas com deficiência aguda desamparadas, bem como providenciar a orientação e reunificação familiar dos grupos mais vulneráveis desamparados e vivendo em situação de pobreza.

2. O Programa Serviço Social de Acção Social possui duas componentes que são:

- a) O Atendimento Institucional;
- b) A Orientação e Reunificação Familiar.

3. O atendimento institucional, consiste no acolhimento e assistência em unidades sociais à pessoas vulneráveis vivendo em situação de pobreza abandonadas ou marginalizadas, designadamente:

- a) Crianças em situação difícil;
- b) Pessoas idosas e desamparadas;
- c) Pessoas com deficiência;
- d) Repatriados;
- e) Pessoas vítimas de violência e ou tráfico;
- f) População vivendo na rua e em processo de reintegração.

4. A Orientação e Reunificação Familiar, consiste no desenvolvimento de acções direccionadas ao combate à mendicância e ao fenómeno da criança da e na rua, e a informação e orientação social à pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade.

ARTIGO 5

(Programa Acção Social Produtiva)

1. O Programa Acção Social Produtiva, consiste no desenvolvimento de actividades que visam promover a inclusão sócio-económica de pessoas em situação de pobreza e vulneráveis com capacidade para o trabalho, com prioridade para os agregados familiares chefiados por mulheres, por pessoas com deficiências e com crianças com problemas de desnutrição e possui duas componentes:

- a) Os Trabalhos Públicos com o Uso de mão-de-obra Intensiva;
- b) Apoio e Desenvolvimento de Iniciativas de Geração de Rendimentos.

2. Os trabalhos Públicos com Uso da mão-de-obra Intensiva, consiste na garantia da protecção dos agregados familiares em situação de riscos e de vulnerabilidade através da atribuição de uma transferência monetária em troca de prestação de serviços públicos.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
 CARTÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Nº _____
 NOME DO CHEFE DO AGREGADO FAMILIAR _____
 DATA DE NASCIMENTO _____ NATURALIDADE _____
 Masc. SEXO Fem.
 DOC. Nº IDENTIFICAÇÃO _____ GRUPO ALVO _____
 Assinatura do Chefe do Agregado Familiar _____ Nº DE MEMBROS DO AGREGADO FAMILIAR _____

3. A Componente de Apoio e Desenvolvimento de Iniciativas de Geração de Rendimentos, consiste na promoção de oportunidades de auto-sustento por via do auto-emprego para indivíduos vivendo em situação de pobreza com capacidade para o trabalho.

ARTIGO 6

(Formas de acesso)

1. Para o acesso dos beneficiários aos programas são aprovados o modelo do cartão e da caderneta de assistência social, em anexo ao presente Decreto.

2. Os documentos constitutivos do processo de requerimento para o acesso aos programas das alíneas a), b), e c) do n.º 1 do artigo 1 do presente Decreto estão isentos de taxas, contribuições ou impostos.

3. Os beneficiários aos diferentes programas, exceptuando os do programa subsídio social básico, não devem ser assistidos em mais de um programa de segurança social básica criado pelo presente Decreto.

ARTIGO 7

(Assistência em caso de morte)

Em caso de morte do beneficiário directo dos programas de segurança social básica, os membros do respectivo agregado familiar continuarão a beneficiar de assistência por um período de dois meses após a morte, devendo neste período ocorrer a reavaliação da situação de vulnerabilidade para a continuidade de recepção da assistência social.

ARTIGO 8

(Valores das transferências)

Os valores dos subsídios monetários a serem transferidos aos beneficiários dos programas subsídio social básico, apoio social directo e na componente dos trabalhos públicos com o uso da mão-de-obra intensiva podem ser revistos anualmente pelo Conselho de Ministros.

ARTIGO 9

(Regulamentação)

Compete ao Ministro que superintende a Área da Acção Social aprovar os procedimentos para a implementação dos programas referidos nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 1 do presente Decreto, ouvido o Conselho de Coordenação da Segurança Social Básica.

ARTIGO 10

(Norma revogatória)

É revogado o Decreto n.º 16/93, de 25 de Agosto e toda a legislação que contrarie o disposto no presente Decreto.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 6 de Setembro de 2011.

Publique-se.

O Primeiro – Ministro, *Aires Bonifácio Baptista Ali*.

EMITIDO A _____ VALIDO ATÉ _____
 ENDEREÇO DO CHEFE DO AGREGADO FAMILIAR
 (PROVÍNCIA) _____ (DISTRITO) _____
 (BAIRRO/ANJO) _____
 NOME E DATA DE NASCIMENTO DOS MEMBROS DE AGREGADO FAMILIAR

 O Ministro da Mulher e da Acção Social

PARA MAIS INFORMAÇÕES CONTACTE:

MINISTÉRIO DA MULHER E DA ACÇÃO SOCIAL (MMAS) - 21 350300
 CEL.: 823041900 E 843894846
 Linha Verde: 800 496 412

INSTITUTO NACIONAL DE ACÇÃO SOCIAL (INAS) - 21312045/6
 CEL.: 823190250


MINISTÉRIO DA SAÚDE (MISAU) - 21427131/4
 Linha Verde: 841150

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MINED) - 21490677
 Linha Verde: 800 480 700


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - DIRECÇÃO NACIONAL DOS REGISTOS E NOTARIADOS (DNRN) - 2132416, 21314940
 Linha Verde: 800 000 012

INSTITUTO DE PATROCÍNIO E ASSISTÊNCIA JURÍDICA (IPAJ) - 21307103, 21333041

MINISTÉRIO DO INTERIOR (MINT) - 21303501, 21320132/3
 Linha Verde: 112 e 119



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE



CADERNETA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

INSTRUÇÕES:

Tipos de Assistência Social

Acção Social Directa

Nesta Caderneta serão registado(a) os diversos tipos de Assistência providenciados no âmbito da Segurança Social Básica:

- Transferências Sociais Monetárias Regulares (MMAS)
- Transferências Sociais por Tempo Determinado (MMAS)
- Serviços Sociais da Acção Social (MMAS)
- Acção Social da Saúde (MISAU)
- Acção Social Escolar (MINED)
- Assistência Jurídica (MIJUS)

REGISTO DO TIPO DE ASSISTÊNCIA

Fica registado todo o tipo de Assistência Social, que couber ao beneficiário directo ou seu dependente, devendo a instituição provedora assinalar:

Tipo de Assistência Instituição Provedora (sigla da Instituição, Assinatura do Assistente e Data) Observação:
 Serão ancladas todas as situações que merecem cuidados especiais, devendo o prescriptor assinar e colocar a data.

ATENÇÃO: Apresente esta caderneta sempre que se beneficiar de uma prestação social

PRINCIPAIS DIREITOS DOS CIDADÃOS

A Constituição da República de Moçambique promove uma sociedade de Justiça Social baseada no respeito pelos Direitos, Deveres e Liberdades individuais e colectivos dos cidadãos.

Para a materialização destes objectivos, a Constituição da República e outros instrumentos legais vigentes no País consagram Direitos Económicos e Sociais, dos quais, a presente Caderneta destaca os seguintes:

- Direito ao Registo – artigo 34
- Direito à Saúde, assistência médica e sanitária – artigo 89
- Direito à Educação – artigo 88
- Direito à Habitação condigna – artigo 91
- Direito à Assistência em caso de incapacidade e Velhice – artigo 95, conjugado com artigo 124
- Entre outros, as Pessoas Portadoras de Deficiência têm direito a especial protecção da família, da sociedade e do Estado – artigo 37, conjugado com artigo 125
- Entre outros, as Crianças têm direito a protecção e nos cuidados necessários ao seu bem-estar – artigo 47
- Entre outros direitos, o Estado garante o acesso dos cidadãos aos tribunais e garante aos arguidos o direito à assistência jurídica e patrocínio judiciário – artigo 62
- O Estado reconhece e garante, nos termos da lei, o direito à herança – artigo 83
- Direito à Assistência Social – Lei nr.4/2007 de 07 de Fevereiro.
- Direito à Protecção da Família, da Sociedade e do Estado em relação as crianças, em particular as órfãs, as portadoras de deficiência e as

12 DE OUTUBRO DE 2011

459

TIPO DE ASSISTENCIA	INSTITUIÇÃO PROVIDORA	OBSERVAÇÃO
 /.... /....	
 /.... /....	
 /.... /....	
 /.... /....	
 /.... /....	

REGISTO DO TIPO DE ASSISTENCIA		
TIPO DE ASSISTENCIA	INSTITUIÇÃO PROVIDORA	OBSERVAÇÃO
 /.... /....	
 /.... /....	
 /.... /....	
 /.... /....	
 /.... /....	

TIPO DE ASSISTENCIA	INSTITUIÇÃO PROVIDORA	OBSERVAÇÃO
 /.... /....	
 /.... /....	
 /.... /....	
 /.... /....	
 /.... /....	

TIPO DE ASSISTENCIA	INSTITUIÇÃO PROVIDORA	OBSERVAÇÃO
 /.... /....	
 /.... /....	
 /.... /....	
 /.... /....	
 /.... /....	